



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO de GESTÃO 2007



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO de GESTÃO 2007

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

BIÊNIO 2007-2008

Desembargadora **Izaura Maria Maia de Lima**
PRESIDENTE

Desembargador **Pedro Ranzi**
VICE-PRESIDENTE

Desembargadora **Eva Evangelista de Araújo Souza**
CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA

SUMÁRIO

1	GESTÃO INSTITUCIONAL	13
1.1.	RECURSOS HUMANOS	15
1.1.1.	ATOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	15
1.1.2.	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	15
1.1.3.	INTEGRAÇÃO DE SERVIDORES	17
1.1.4.	CENTRO MÉDICO DR. ARTHUR CHALUB LEITE	20
1.1.5.	MAGISTRADOS	23
1.1.6.	CONCURSOS EM ANDAMENTO	25
1.1.6.1.	Concurso Público para Delegatário de Serviços Notariais e de Registro	25
1.1.6.2.	Concurso Público para Juiz de Direito Substituto	26
1.2.	ADMINISTRAÇÃO	27
1.2.1.	ORIENTAÇÕES NORMATIVAS	27
1.2.2.	ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS	28
1.2.3.	CONTROLE DE MATERIAL	28
1.2.4.	PATRIMÔNIO E MANUTENÇÃO	29
1.2.5.	LICITAÇÃO E COMPRA DE MATERIAL	29
1.2.6.	PRODUÇÃO GRÁFICA	30
1.2.7.	SUORTE TÉCNICO-OPERACIONAL E LOGÍSTICA	31
1.2.7.1.	Análise Financeira	31
1.2.7.2.	Análise Operacional	32
1.3.	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	33
1.4.	INFORMATIZAÇÃO	37
1.5.	FINANÇAS	39
1.5.1.	EXECUÇÃO DE DESPESAS	39
1.5.1.1.	Suprimento de Fundos	39
1.5.1.2.	Controle na Utilização de Telefones	39
1.5.2.	RECEITAS PRÓPRIAS	40
1.5.2.1.	Custas e Emolumentos	40
1.5.2.2.	Evolução da Receita	40
1.5.3.	PAGAMENTO DE PASSIVOS	41
1.6.	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	43
1.7.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	45
1.7.1.	COMUNICAÇÃO ON-LINE	45
1.7.1.1.	Clipping Diário – Veja onde a Justiça é Notícia Hoje	45
1.7.1.2.	Portais de Internet e Intranet	45
1.7.2.	PUBLICAÇÕES	46
1.7.2.1.	Judiciário em Foco	46
1.7.2.2.	Tribunal de Justiça do Estado do Acre - 44 Anos	46
1.7.2.3.	Dia da Justiça	47
1.7.2.4.	ESMAC 20 ANOS	47
1.7.3.	PROJETOS	48
1.7.3.1.	Mais Arte	48
1.7.3.2.	Exposição de Arte Itinerante	49
1.7.3.3.	Mais Música	49
1.7.4.	EVENTOS	
1.8.	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	55
1.8.1.	PROGRAMA DE MBA EM PODER JUDICIÁRIO	55
1.8.2.	OUTRAS ATIVIDADES	55
1.8.3.	PROJETO CULTURAL NOITE MAGISTRAL	56
2	GESTÃO JURISDICIONAL	57
2.1.	CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	59
2.1.1.	PRINCIPAIS METAS DO BIÊNIO 2007-2008	59
2.1.2.	ATOS NORMATIVOS	60
2.1.3.	CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA	62
2.1.4.	SETOR DE ESTATÍSTICA	65
2.1.5.	SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO	66
2.1.6.	JUIZADO DE TRÂNSITO	67
2.2.	DIRETORIA JUDICIÁRIA	69
2.3.	RESPONSABILIDADE SOCIAL	71
2.3.1.	JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE	71
2.3.3.	PROJETO CIDADÃO	72
2.3.4.	CENTRAL DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS – CEPAL	74



Corte de Justiça do Estado do Acre



Des.ª Eva Evangelista
de Araújo Souza



Des.ª Miracele de Souza
Lopes Borges



Des. Francisco das
Chagas Praça



Des. Arquilau de
Castro Melo



Des. Ciro Facundo de Almeida
(Aposentado em 05.07.2007)



Des. Feliciano Vasconcelos
de Oliveira



Des. Samoel Martins
Evangelista



Des.ª Izaura Maria
Maia de Lima



Des. Pedro Ranzi



Des. Adair José Longuini
(Empossado em 07.12.2007)

APRESENTAÇÃO

*P*or força do disposto no artigo 51, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, cumpre-nos apresentar relatório circunstanciado das atividades executadas no exercício de 2007. A Direção do Tribunal de Justiça empenhou sua equipe de administração na realização de ações direcionadas a sustentar a organização interna da Instituição e o bom funcionamento da máquina judiciária. Para tanto, definiu como principal orientação de trabalho a **gestão compartilhada**, aplicada na relação com a Corte de Justiça, a Associação dos Magistrados Acreanos (ASMAC) e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (SINSPIAC).

A constância de encontros ao longo do ano possibilitou a análise, reivindicação e sugestão das partes sobre a administração e o funcionamento do Poder Judiciário, a estrutura de pessoal e a melhoria da prestação jurisdicional no Estado do Acre. A ASMAC e o SINSPIAC, ambos representados por seus presidentes, participaram de várias audiências com a atual Direção, que procurou atender aos pleitos das categorias, conforme a possibilidade e conveniência administrativa.

O início de nossa gestão foi pontuado pela elaboração do **Relatório Situacional** do TJAC, apresentado à Corte de Justiça, com o propósito de definir as diretrizes do plano de gestão a ser desenvolvido. Ulterior iniciativa, nesse mesmo sentido, foi a realização da Oficina de **Planejamento Estratégico**, envolvendo as equipes da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Geral da Justiça, Assessorias, Diretoria Executiva, Coordenadorias e Seções do Tribunal, com o objetivo de debater a missão do Judiciário, analisar os desafios assumidos pela nova administração e encaminhar propostas de ação.

Assim, apresentamos neste Relatório um retrospecto das ações planejadas e consolidadas em 2007, com foco no eficaz gerenciamento dos recursos públicos e na qualidade dos serviços jurisdicionais.

No âmbito administrativo, adotamos medidas de otimização das atividades-meio para obter melhor resultado na atividade-fim, pelo constante aperfeiçoamento e valorização de servidores, modernização dos métodos e procedimentos, revisão organizacional e funcional dos serviços, redução da burocracia e melhoria das instalações físicas. Nessa área, destacamos ainda a implantação da **Nota Técnica**, empregada no acompanhamento, controle e fiscalização da contratação de serviços e fornecimento de bens; os novos procedimentos para a **contenção de gastos** com telefone, veículos e combustível; o planejamento da **Controladoria Interna**, em vias de implantação, voltada à orientação, acompanhamento e fiscalização do trâmite processual administrativo, principalmente aqueles que originam dispêndio de recursos financeiros; e a **negociação do spread** com o Banco do Brasil, que garantiu, dentre outros benefícios, a aquisição do mobiliário do Palácio da Justiça e do novo maquinário do Parque Gráfico do Tribunal.

A Direção do Tribunal revitalizou o **programa de capacitação** dos servidores do Poder Judiciário, com o oferecimento de cursos nas diversas áreas da pública administração e da prestação jurisdicional, e prosseguiu na realização de dois importantes **concursos públicos** para provimento de 10 (dez) vagas no cargo de Juiz de Direito Substituto, e 30 (trinta) vagas na titularidade de Serviços Notariais e de Registro, em conformidade com o procedimento de privatização das Serventias Extrajudiciais em curso no Judiciário Acreano.

Em relação à política de valorização do servidor, registre-se a prioridade para o **pagamento de passivos** trabalhistas acumulados. Por meio de acordo celebrado entre a Direção do Tribunal e o SINSPIAC, foi quitada a dívida referente a horas extras (1997). O débito relativo a URP/BRESSER (1996) será quitado em abril de 2008. Também daremos continuidade à amortização da diferença salarial remanescente do período de conversão da URV em Real, no percentual de 11,98%, aos servidores que aderiram à proposta da Administração do TJAC.

O **programa de reaparelhamento** do Judiciário teve prosseguimento com investimentos na instalação, reforma e ampliação de fóruns da Capital e do Interior do Estado – Fórum Criminal e Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Rio Branco, Fórum da Comarca de Senador Guimard e Fórum da Comarca de Plácido de Castro, incluindo a aquisição de equipamentos de informática e novo mobiliário para essas unidades.

No tocante à **informatização**, no ano de 2007, foi disponibilizado o serviço de acesso à internet para as unidades judiciárias das Comarcas de Sena Madureira, Senador Guimard e Bujari, que possibilitará, posteriormente, a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Também nesse ano, efetivamos a atualização tecnológica e funcional do sistema utilizado SAJ-3 para o SAJ-5, proporcionando melhor desempenho no trânsito virtual de informações.

O Tribunal de Justiça também desenvolveu um novo **projeto de comunicação social**, ancorado na mídia impressa e eletrônica, visando facilitar a comunicação institucional do Poder Judiciário com a sociedade. Para informar o cidadão de forma precisa e transparente sobre os seus direitos, e aumentar a confiança na eficácia do Judiciário, o novo projeto de comunicação lançou uma série de produtos, com destaque para a publicação do “Judiciário em Foco”, informativo mensal do TJAC.

No campo jurisdicional, a **Corregedoria Geral da Justiça** desenvolveu ações reformadoras com propósitos modernizantes, entre os quais, de modo especial, facilitar a busca da tutela jurisdicional e possibilitar maior qualidade e celeridade na sua prestação. Exemplo desse trabalho foi a realização da **Correição Geral Ordinária** em todas as comarcas do Estado, orientada por dois objetivos principais: atender ao princípio da razoável duração do processo e, conseqüentemente, reduzir as taxas de congestionamento apresentadas pelas unidades judiciárias.

Em seu primeiro ano de trabalho, a Direção buscou cumprir satisfatoriamente a missão da Instituição, de acordo com as metas estabelecidas. Pretendemos, no ano de 2008, seguir com a gestão compartilhada, pautada pelo aprimoramento contínuo e progressivo dos serviços, com rigor na utilização e controle dos recursos públicos, procurando, ainda, a transparência, uniformização e simplificação de rotinas e procedimentos, motivação e engajamento do corpo funcional, promovendo, assim, melhor relação entre recursos, ações e resultados.

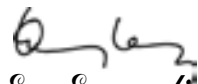
Para finalizar, registramos nosso reconhecimento e agradecimento aos integrantes do Poder Judiciário do Acre – desembargadores, juízes e servidores, dedicados à construção de uma Justiça mais célere, eficiente e comprometida com a pacificação social. Este Relatório de Gestão resume o trabalho e esforço concentrado de todos.



Desa. *Izaura Maia*
Presidente



Des. *Pedro Ranzi*
Vice-Presidente



Desa. *Eva Evangelista*
Corregedora Geral da Justiça

1

GESTÃO INSTITUCIONAL



1.1. RECURSOS HUMANOS

A par das prioridades administrativas estabelecidas para o Biênio 2007-2008, a Seção de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça cumpriu com as atividades relacionadas a legislação, cadastro, pagamento, avaliação e desenvolvimento pessoal, seguindo a diretriz de valorização do servidor.

Demonstrativo de Pessoal

Especificação	Quantitativo
Ativos *	1.630
Inativos **	74
Total Geral	1.704

(*) Incluídos os servidores de outros Órgãos cedidos ao TJAC.

(**) Incluídos os pensionistas.

FONTE: Seção de Recursos Humanos do TJAC.

1.1.1. ATOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

O Tribunal de Justiça do Acre concedeu progressão funcional a 326 servidores do Quadro de Pessoal Efetivo, no ano de 2007, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Estadual nº 105/2002.

1.1.2. DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

Desenvolver, preparar, atualizar e aperfeiçoar foram os objetivos da Direção do TJAC para a valorização e o bom desempenho dos servidores em suas funções.

Nesse sentido, o Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário (CECAP), sob responsabilidade da Assessoria Técnica de Recursos Humanos da Presidência do Tribunal, desenvolveu durante o ano uma programação de cursos e eventos com foco no aprimoramento do servidor.

Cursos Realizados em Rio Branco

Curso	Carga Horária	Nº de Participantes
Oficina de Planejamento Estratégico	8	20
Legislação Aplicada ao Judiciário Acreano	20	24
Atendimento Empreendedor e de Excelência ao Público	20	24
Atualização em Direito Processual Civil	12	20
Medidas para Condução de Veículos, Autoridades e Proteção Pessoal	20	25

D'Olho na Qualidade	16	24
Fundamentos de Perícia de Trânsito	12	9
Qualidade na Prestação de Serviços	15	27
Legislação Aplicada ao Judiciário Acreano	20	16
Comportamento no Ambiente de Trabalho	15	26
Conhecendo Padrões de Excelência em Atendimento	15	22
Elaboração de Projetos	20	24
Organização e Preservação Documental	15	23
Procedimentos Cartorários Criminais	30	23
Gestão e Liderança	40	30
Práticas Cartorárias em Juizados Especiais Cíveis	15	20
Gestão e Liderança	40	30
Formação de Leiloeiro	15	30
Total de Participantes		414
Total de Cursos	19	

FONTE: Assessoria Técnica de Recursos Humanos/Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.

Cursos Realizados no Interior

Curso	Comarcas	Carga Horária	Nº de Participantes
Português Instrumental e Estruturação de Textos	Cruzeiro do Sul	40	50
Português Instrumental e Estruturação de Textos	Xapuri	40	26
Qualidade no Atendimento ao Público e Ética Profissional	Cruzeiro do Sul	12	64
Capacitação de Agentes de Proteção	Sena Madureira	24	20
Legislação Aplicada ao Judiciário Acreano	Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima	15	82
Capacitação de Agentes de Proteção	Cruzeiro do Sul	24	23
Atos Processuais	Plácido de Castro	15	15
Cálculos da Contadoria	Cruzeiro do Sul	15	05
Atos Processuais	Acrelândia	15	15
Práticas Cartorárias Criminais	Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima	20	40
O Papel do Juiz e do Cartório na Garantia da Razoável Duração do Processo	Plácido de Castro	15	20
Total de Participantes			360
Total de Cursos		11	

FONTE: Assessoria Técnica de Recursos Humanos/Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.



Cursos oferecidos pelo CECAP em Rio Branco no ano de 2007: *Legislação Aplicada ao Judiciário Acreano e Medidas para Condução de Veículos, Autoridades e Proteção Pessoal*

1.1.3. INTEGRAÇÃO DE SERVIDORES

Como parte da política de valorização e integração dos servidores, o Poder Judiciário promoveu, por intermédio do Centro de Capacitação e da Assessoria de Imprensa e Cerimonial, eventos comemorativos em datas específicas, como o Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia do Servidor Público. Em todos os eventos foi registrada grande participação de servidores, magistrados e familiares.

Eventos Realizados em Rio Branco

Evento	Data	Nº estimado de participantes
Dia Internacional da Mulher	07 de Março	350
Dia das Mães	11 de Maio	255
Dia dos Pais	10 de Agosto	150
Dia do Servidor Público	26 de Outubro	550

Fonte: Assessoria Técnica de Recursos Humanos/Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário

Dia Internacional da Mulher

O evento comemorativo ofereceu ao longo do dia uma vasta programação às servidoras do TJAC:

- Curso e serviço de maquiagem.
- Serviços de cabeleireiro (escova) e estética (modelagem de sobrancelha).
- Apresentação do grupo musical *Raízes da Terra* (Senadinho); entrega de lembranças; sorteio de brindes e lanche.



Dia das Mães

Para comemorar a data, as mães servidoras do TJAC também foram prestigiadas com programação específica:

- Curso de estética facial e corporal, ofertado durante todo o dia.
- Apresentação do videoclipe *As Mães do Tribunal*, produção da Assessoria de Imprensa e Cerimonial; declamação de poesias; *show* do grupo musical *Realce*; entrega de lembranças; sorteio de brindes e lanche.



Dia dos Pais

No evento dedicado aos pais servidores do TJAC, a programação incluiu:

- Apresentação do videoclipe *Os Pais do Tribunal*, produzido pela Assessoria de Imprensa e Cerimonial.
- Performance teatral do texto *O Menestrel*.
- Entrega de lembranças, sorteio de brindes e lanche no final da tarde.



Dia do Servidor Público

Para celebrar o Dia do Servidor Público, o evento organizado pelo CECAP e pela Assessoria de Imprensa e Cerimonial contou com o lançamento de dois importantes projetos, que passaram a integrar o calendário de atividades do Tribunal de Justiça:

- **Mais Saúde – qualidade de vida ao servidor do Judiciário:** durante todo o dia, a atividade ofereceu aos servidores a oportunidade de realizar exames médicos, como medição de pressão e taxa de glicose, receber vacinas, conferir palestras sobre saúde do trabalhador, hipertensão, diabetes e *stress*, além de participar de sessões de ginástica laboral. Paralelamente aos serviços médicos, os servidores também puderam degustar os produtos alimentícios e experimentar os serviços de beleza oferecidos por empresas parceiras no evento.
- **Mais Música – entretenimento para quem faz a Justiça:** a programação festiva foi encerrada com o *show* musical do grupo *Roda de Samba*.



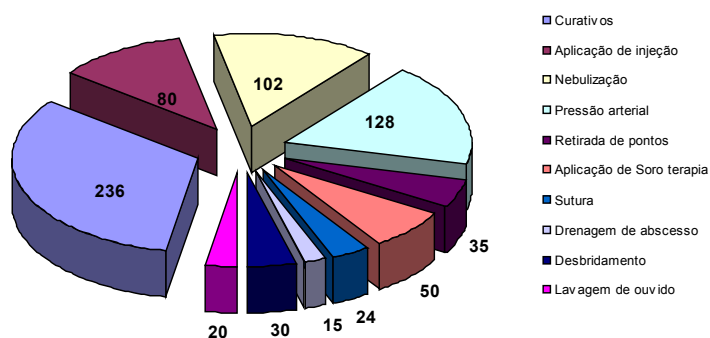
1.1.4. CENTRO MÉDICO DR. ARTHUR CHALUB LEITE

Atendimentos Realizados na Área de Enfermagem

Tipo de Atendimento	Quantidade
Curativos	236
Aplicação de injeção	80
Nebulização	102
Medição de pressão arterial	128
Retirada de pontos	35
Aplicação de soroterapia	50
Sutura	24
Drenagem de abscesso	15
Desbridamento	30
Lavagem de ouvido	20
Total	720

FONTE: Centro Médico/Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.

Atendimento de Enfermagem- ano 2007



FONTE: Centro Médico/Centro de Capacitação do Poder Judiciário.

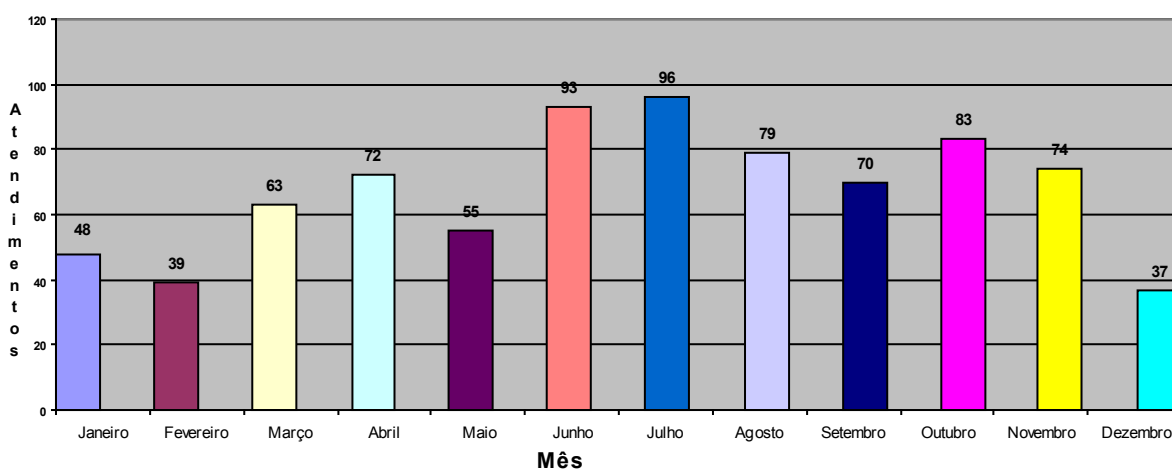
Consultas Realizadas na Área Médica

Mês	Quantidade
Janeiro	48
Fevereiro	39
Março	63
Abril	72
Maio	55
Junho	93
Julho	96

Agosto	79
Setembro	70
Outubro	83
Novembro	74
Dezembro	37
Total	799

FONTE: Centro Médico/Centro de Capacitação do Poder Judiciário.

Atendimento Médico - ano 2007



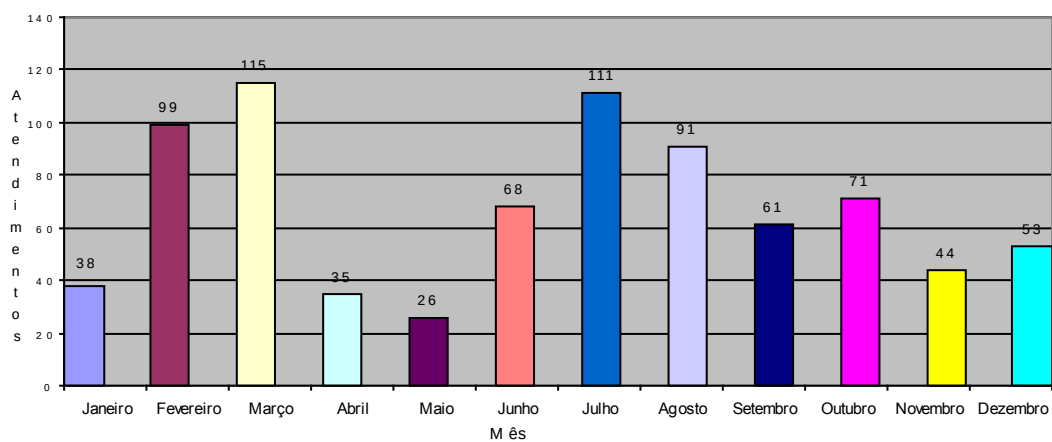
FONTE: Centro Médico/Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.

Consultas Realizadas na Área Odontológica

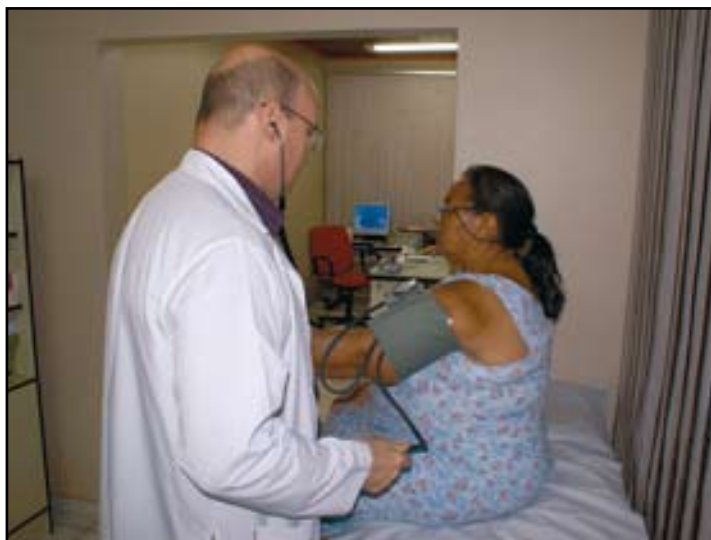
Mês	Quantidade
Janeiro	38
Fevereiro	99
Março	115
Abril	35
Maio	26
Junho	68
Julho	111
Agosto	91
Setembro	61
Outubro	71
Novembro	44
Dezembro	53
Total	834

FONTE: Centro Médico/Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.

Atendimento Odontológico - ano 2007



FONTE: Centro Médico/Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.



Centro Médico Dr. Arthur Chalub Leite: 11 anos atendendo os servidores do Poder Judiciário Acreano

1.1.5. MAGISTRADOS

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre encerrou o ano de 2007 com o quadro de 44 (quarenta e quatro) Magistrados, sendo 09 (nove) Desembargadores, 21 (vinte e um) Juízes de Direito de Entrância Especial e 14 (quatorze) Juízes de Direito de 2ª Entrância. Nesse exercício ocorreu a aposentadoria compulsória do Desembargador Ciro Facundo de Almeida e do Juiz de Direito de Entrância Especial Wellington de Carvalho Coelho.



Sessão Especial de Homenagem ao Desembargador Ciro Facundo de Almeida, realizada no Plenário do TJAC em 05.07.2007



Homenagem da Associação dos Magistrados Acreanos (ASMAC) ao Juiz Wellington de Carvalho Coelho, em 31.10.2007

Em 30 de julho de 2007, o Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho foi removido da Vara de Execuções Penais para a Vara do Tribunal do Júri, ambas da Comarca de Rio Branco. Sua posse ocorreu no dia 1º de agosto de 2007. Na sessão do dia 31 de outubro, o Tribunal Pleno Administrativo elegeu por maioria, pelo critério de merecimento, o Juiz de Direito de Entrância Especial Adair José Longuini ao cargo de Desembargador. No dia 07 de dezembro de 2007, o novo integrante tomou posse como Membro da Corte Acreana.

Quadro da Magistratura

	Magistrado	Ativo	Inativo	Pensionista
1ª Instância	Juiz de Direito Substituto	-	-	-
	Juiz de 1ª Entrância	-	-	3
	Juiz de 2ª Entrância	14	2	6
	Juiz de Entrância Especial	21	9	-
2ª Instância	Desembargador	9	11	5
Total		44	22	14

FONTE: Conselho da Magistratura do TJAC.



Juiz Marcelo Coelho de Carvalho assume em 01.08.2007 a titularidade da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco



Em Sessão Especial realizada no dia 07.12.2007, Adair José Longuini é empossado como Desembargador do TJAC

1.1.6. CONCURSOS EM ANDAMENTO

1.1.6.1. Concurso Público para Delegatário de Serviços Notariais e de Registro

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre, considerando o disposto na Lei Complementar Estadual n.º 47, de 22 de novembro de 1995, na Lei Federal n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994, na Resolução CONAD n.º 9/2006, de 29 de junho de 2006, na Lei Estadual n.º 1.167, de 3 de novembro de 1995, e na Resolução CONAD n.º 11/2006, realiza concurso público para provimento de vagas na titularidade de Serviços Notariais e de Registro, mediante as condições estabelecidas no Edital N.º 1/2006 – TJAC/NOTÁRIOS, de 11 de setembro de 2006.

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB) é o responsável pela execução do certame, mediante supervisão da Comissão de Concurso do TJAC, presidida pelo Desembargador Pedro Ranzi e composta pela Desembargadora Eva Evangelista, por membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/AC), do Ministério Público Estadual, e por representantes (um profissional notário e um registrador) indicados pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG/BR).



Fase de prova oral do concurso público para Delegatário de Serviços Notariais e de Registro, realizada entre os dias 18 e 26.09.2007

O concurso prevê 30 (trinta) vagas, sendo 2 (duas) destinadas a candidatos portadores de deficiência, e compreende as seguintes etapas: 1) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do CESPE/UnB; 2) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do CESPE/UnB; 3) prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do TJAC; 4) investigação de vida funcional e individual, de caráter eliminatório, de responsabilidade do TJAC; 5) avaliação de títulos, de caráter classificatório, de responsabilidade do CESPE/UnB.

Após a realização da prova oral e divulgado o resultado provisório, 64 (sessenta e quatro) candidatos foram aprovados; atualmente submetidos à fase de investigação da vida funcional e individual. A Comissão do Concurso aguarda o julgamento de processo administrativo pelo Tribunal Pleno.

1.1.6.2. Concurso Público para Juiz de Direito Substituto

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 47, de 22 de novembro de 1995, e na Resolução Pleno n.º 121/2006, publicada no Diário da Justiça n.º 3.296, de 23 de agosto de 2006, o Tribunal de Justiça do Acre realiza concurso público para provimento de vagas no cargo de Juiz de Direito Substituto, mediante as condições previstas no Edital n.º 1/2006 – TJAC/JUIZ, de 23 de novembro de 2006.

O concurso é executado pelo Centro de Seleção e de Promoção Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB), por delegação e supervisão da Comissão de Concursos do TJAC, presidida pelo Desembargador Pedro Ranzi e composta pelas Desembargadoras Eva Evangelista e Miracele Borges, e membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/AC), na forma do artigo 101 da Lei Complementar n.º 47, de 22 de novembro de 1995, e do artigo 93, inciso I, da Constituição Federal.

O concurso prevê o número de 10 (dez) vagas, sendo 01 (uma) destinada a candidato portador de deficiência. A seleção compreende as seguintes etapas: 1) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do CESPE/UnB; 2) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do CESPE/UnB; 3) sindicância da vida pregressa e investigação social dos candidatos, entrevista e exames psicotécnico de saúde, de caráter eliminatório, de responsabilidade do TJAC; 4) prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do TJAC; 5) avaliação de títulos, de caráter classificatório, de responsabilidade do CESPE/UnB.

Foram aprovados na primeira fase 101 (cento e um) candidatos. A Comissão aguarda o julgamento de mandado de segurança para prosseguir com a realização do certame.



Comissão do Concurso para Juiz de Direito Substituto do TJAC



A aplicação da prova objetiva ocorreu no dia 09.09.2007



Candidatos na fase de prova objetiva do concurso, organizada pelo CESPE/UnB

1.2. ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria Executiva, subordinada à Presidência, é o órgão responsável pelas ações de provimento do aparato logístico e operacional necessário ao desempenho das atividades do Poder Judiciário Acreano. A Diretoria Executiva abrange as seguintes unidades: Coordenadoria de Finanças; Coordenadoria de Informática; Coordenadoria de Planejamento e Orçamento; Seção de Legislação e Documentação; Seção de Obras e Serviços de Engenharia; Seção de Recursos Humanos; Seção Administrativa; e Seção Gráfica.

1.2.1. ORIENTAÇÕES NORMATIVAS

No sentido de otimizar as atividades realizadas pelas Unidades vinculadas à Diretoria Executiva, foram emanadas orientações e atos normativos afetos às seguintes questões:

- I. Instrução Normativa nº 01/2007, publicada no Diário da Justiça nº 3.427, de 16.03.2007: Implantação do uso da Nota Técnica;
- II. Instrução Normativa nº 02/2007, publicada no Diário da Justiça nº 3.491, de 21.06.2007: Altera a Instrução Normativa nº 03/2005 – estabelece normas e procedimentos para contenção de gastos e para a utilização de veículos;
- III. Ordem de Serviço nº 01/2007, publicada no Diário da Justiça nº 3.495, de 27.06.2007: Altera valores para a concessão de suprimento de fundos;
- II. Comunicado Interno nº 136/2007: Vigência de Atas de Registro de Preços;
- III. Comunicado Interno nº 60/2007 – CIRCULAR: Envio da frequência de servidor à Seção de Recursos Humanos;
- IV. Comunicado Interno nº 79/2007 – CIRCULAR: Uso obrigatório da Nota Técnica. Por meio da Instrução Normativa nº 01/2007, o Tribunal de Justiça passou a utilizar a Nota Técnica, ferramenta empregada no acompanhamento, controle e fiscalização da contratação de serviços e fornecimento de bens, por meio da qual é averiguada a regularidade do procedimento realizado;
- V. Comunicado Interno nº 86/2007 e 243/2007 – CIRCULAR: Prorrogação e acréscimo de Contratos;
- VI. Comunicado Interno nº 88/2007 – CIRCULAR: Contenção de despesas;
- VII. Comunicado Interno nº 119/2007 – CIRCULAR: Utilização do cartão de postagem de correspondências dos Correios;
- VIII. Comunicado Interno nº 166/2007: Contrato de Manutenção Predial. Fluxo de Pedidos e Execução de Serviços;
- IX. Comunicado Interno nº 212/2007: Controle de Prazos. Inadimplência;
- X. Comunicado Interno nº 242/2007 – CIRCULAR: Manutenção preventiva de condicionadores de ar;
- XI. Comunicado Interno nº 244/2007: Orientações de registro Sistema ERP;
- XII. Comunicado Interno nº 263/2007 – CIRCULAR: Acompanhamento de Contratos;
- XIII. Comunicado Interno nº 269/2007 – CIRCULAR: Procedimentos para realização de despesas;
- XIV. Comunicado Interno nº 273/2007: Contratação de serviços de engenharia. Qualificação Técnica;
- XV. Comunicado Interno nº 274/2007: Contratação de serviços e de fornecimento de materiais. Qualificação econômico-financeira;

- XVI. Comunicado Interno nº 275/2007: Prazo de Contratação e Execução de Obras;
- XVII. Comunicado Interno nº 286/2007: Procedimentos de consulta para contratação de Empresas;
- XVIII. Comunicado Interno nº 301/2007 – CIRCULAR: Fracionamento de Despesa; Processo Administrativo / Dispensa / Inexigibilidade; Adesão ao Sistema de Registro de Preços;
- XIX. Comunicado Interno nº 339/2007: Ato administrativo. Penalidades aplicadas a Empresas.

1.2.2. ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O TJAC autorizou adesão às suas Atas de Registro de Preços, assim como também recebeu autorização para aderir às Atas de outros Órgãos, conforme demonstrado a seguir:

Adesão a Atas do TJAC

Nº de Atas	Requerente
Pregão nº 028/2007 - Proc. nº 2006.001295-5	Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/AC
Pregão nº 028/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour
Pregão nº 031/2007 - Proc. nº 2007.003122-6	Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre – IAPEN/AC
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia – SESAU/RO
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC

FONTE: Diretoria Executiva do TJAC.

Adesão do TJAC a Atas de outros Órgãos

Nº de Atas	Órgão Gerenciador
Pregão Eletrônico nº 117/2006	Universidade Federal de Goiás - UFGO
Pregão nº 032/2007	Secretaria de Estado de Assistência Social - SECAS/AC

FONTE: Diretoria Executiva do TJAC.

1.2.3. CONTROLE DE MATERIAL

Material de Consumo

Especificação	Valor (R\$)
Estoque em 31 de dezembro	552.016,83
Entradas no período	2.657.720,12

Saídas no período	2.270.366,17
Saldo ao final do período	939.370,77

FONTE: Setor de Almoxarifado e Controle de Material do TJAC.

Material Permanente

Especificação	Valor (R\$)
Estoque em 31 de dezembro	3.600,00
Entradas no período	1.054.491,49
Saídas no período	682.495,34
Saldo ao final do período	375.596,15

FONTE: Setor de Almoxarifado e Controle de Material do TJAC.

1.2.4. PATRIMÔNIO E MANUTENÇÃO

Bens Permanentes

Especificação	Valor (R\$)
Bens adquiridos através de convênio	112.115,59
Bens adquiridos com recursos próprios	933.463,51
Bens recebidos em doação	702.825,60
Bens leiloados	151.640,48

FONTE: Setor de Patrimônio e Manutenção do TJAC.

1.2.5. LICITAÇÃO E COMPRA DE MATERIAL

Demonstrativo de Procedimentos Licitatórios

Modalidade	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Redução Alcançada (%)
Pregão Presencial	11.621.725,71	8.979.432,04	-22,74%
Pregão Eletrônico	872.726,70	627.846,36	-28,06%
Convite	529.082,02	449.160,80	-15,11%
Tomada de Preço	619.755,78	542.448,82	-12,47%

FONTE: Comissão Permanente de Licitação do TJAC.

1.2.6. PRODUÇÃO GRÁFICA

Demonstrativo de Produção

Discriminação	Quantidade
Edições do Diário da Justiça	240
Capas de Processos	250.000
Edições do Jornal Judiciário em Foco	07
Convites – Diversos	10.000
Informativo ESMAC	500
Encarte comemorativo aos 44 Anos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	5.000
Projeto Mais Arte	800
Coletânea de Leis do Tribunal	120
Adesivo comemorativo aos 44 Anos do TJAC	4.000
Livros e Revistas (Proposta Orçamentária, Ementário Criminal, Relatório de Gestão da ESMAC, Consolidação Normativa Notarial e Registral, Consolidações Gerais da Corregedoria)	800
Revista da Escola Superior da Magistratura - ESMAC	200
Cartões Diversos	50.000
Encadernação e Restauração	850
Carteiras de Oficial de Justiça	35
Impressos Diversos (Formulários/Fichas de Livro 1, 2, 3, 4, 5 e Cartazes)	15.000
Procuradoria Geral do Estado do Acre Termo de Cooperação Técnica nº 001/2007	
Capas de Processos	10.000
Revista da Procuradoria Geral do Estado do Acre	400
Edições do Boletim Informativo da PGE/AC	400
Informativo PGE/AC	400
Encadernações	60

FONTE: Seção Gráfica do TJAC.



Seção Gráfica do Tribunal de Justiça, criada em 1993

1.2.7. SUPORTE TÉCNICO-OPERACIONAL E LOGÍSTICA

A Seção de Serviços Gerais (SESGE) é responsável pelas atividades de suporte técnico-operacional e logística de distribuição. Dentre as suas principais funções estão os serviços de deslocamento de magistrados e servidores; distribuição de material (protocolos, refeições e água) e arquivo; conservação, limpeza e manutenção predial. Face a extensão de sua área de atuação, a SESGE opera administrativamente em parceria com os Setores de Arquivo, Reprografia e Transporte.

1.2.7.1. Análise Financeira

A SESGE gerenciou em 2007 recursos financeiros da ordem de R\$ 1.937.562,21. Desse montante, os contratos com maior representatividade são os de conservação e limpeza e o de combustível, que consumiram 63% dos recursos aplicados durante o ano.

Com exceção dos serviços de manutenção predial e combustível, que tiveram redução de custos no período, todos os demais apresentaram aumento nas despesas em 2007. Dois fatores concorreram para esse resultado: a ampliação da base de operação do Tribunal de Justiça, cuja oferta de serviços cresceu, e o aumento de custos em função dos novos contratos.

No entanto, esse aumento nas despesas foi praticamente compensado em função das reduções de custos ocorridas nos contratos de manutenção predial (-30%) e fornecimento de combustível (-9%).

Despesas Realizadas

Descrição Serviço/Consumo	Valor (R\$)
Fornecimento de alimentação	83.469,00
Manutenção de aparelhos de refrigeração	112.817,00
Serviço de cópia	154.637,44
Fornecimento de polpa de frutas	5.564,20
Fornecimento de gás de cozinha	5.898,90
Fornecimento de água (potável e mineral)	50.242,40
Serviço de chave e carimbo	9.971,00
Conservação da frota (peças e serviços)	127.073,71
Fornecimento de combustível (Capital e Interior)	292.784,31
Serviço de conservação e limpeza (Capital e Interior)	911.710,44
Serviço de manutenção corretiva de instalações prediais	95.530,77
Serviço de apoio operacional	87.863,04
Total	1.937.562,21

FONTE: Seção de Serviços Gerais do TJAC.

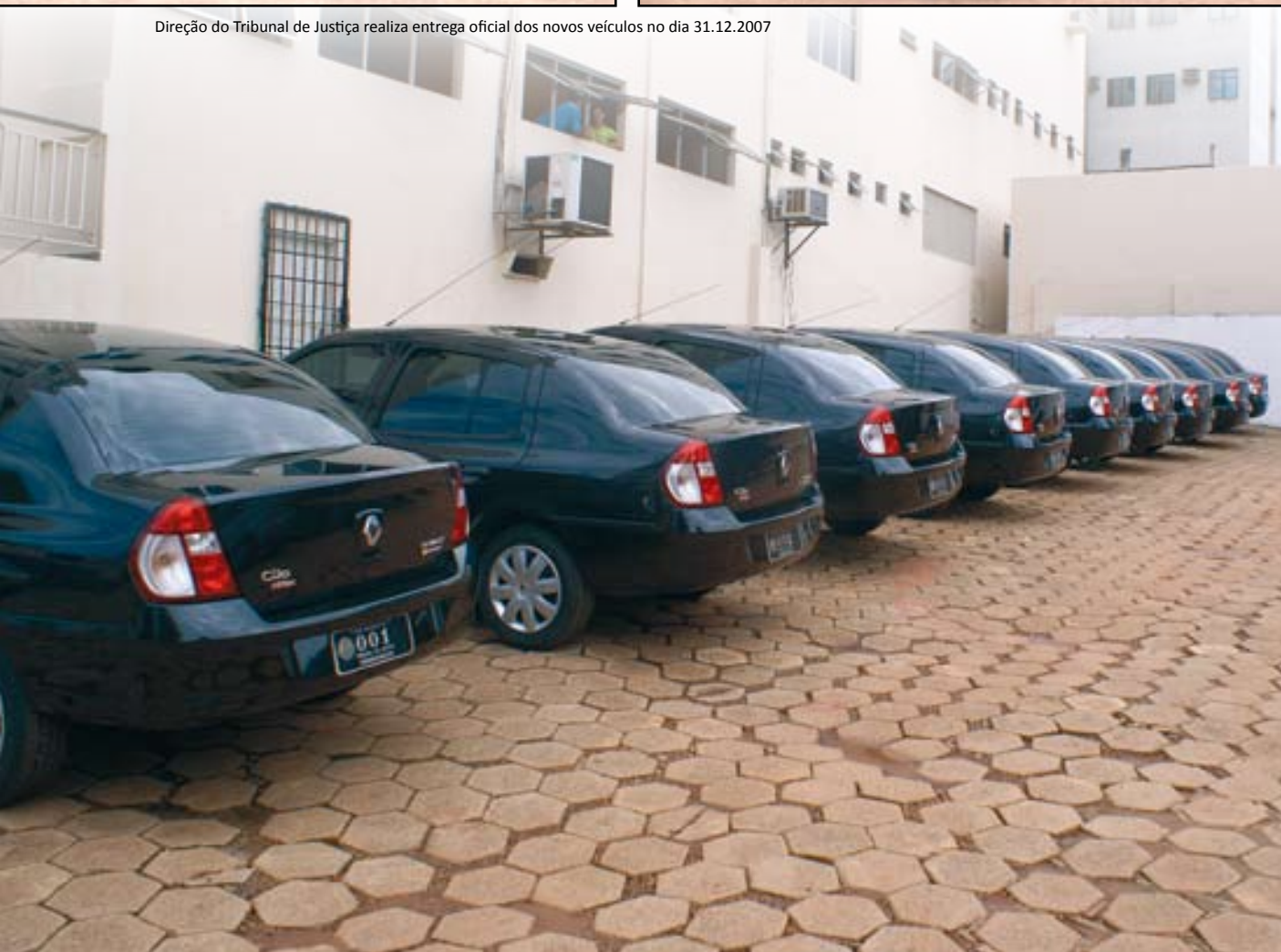
1.2.7.2. Análise Operacional

Do ponto de vista operacional, à SESGE cabe basicamente a execução dos contratos firmados com empresas para prestação de serviços.

Quanto ao Setor de Transporte, em 2007, destaque-se a aquisição de 09 (nove) veículos.



Direção do Tribunal de Justiça realiza entrega oficial dos novos veículos no dia 31.12.2007



1.3. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

No ano de 2007, a Direção do Tribunal de Justiça empreendeu inúmeras ações de melhoria dos prédios utilizados pelo Poder Judiciário em todo o Estado, com o objetivo de otimizar os espaços disponíveis, propiciando a instalação de novas unidades e a readequação das já existentes.

Orientada por esse objetivo, a Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEOSE) cumpriu com uma série de atividades de construção, reforma, ampliação e readequação, que otimizaram a logística de pessoal e o uso dos recursos financeiros.

Atividades Realizadas

Projetos

- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Des. Paulo Ithamar Teixeira, da Comarca de Bujari.
- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Des. Mário Strano, da Comarca de Tarauacá.
- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Dr. Quirino Lucas de Moraes, da Comarca de Feijó.
- Elaboração de projeto da reforma de prédio para instalação dos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Rio Branco.
- Elaboração de projeto para reforma do Centro Médico Dr. Arthur Chalub Leite.
- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Barão do Rio Branco, da Comarca de Rio Branco.
- Elaboração de projeto da reforma de prédio para instalação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rio Branco.
- Elaboração de projeto de ambientação e climatização para diversas unidades: Fórum Criminal, Juizados Especiais Cíveis, Fórum Barão do Rio Branco e Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital; Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal, da Comarca de Plácido de Castro; e Fórum Des. Ananias Gadelha Filho, da Comarca de Senador Guiomard.
- Elaboração de projeto para construção do novo Fórum da Comarca de Capixaba.



Desembargadora Izaura Maia (à direita), Presidente do TJAC, analisa o projeto do novo Fórum da Comarca de Capixaba

Reforma, Ampliação e Readequação na Capital

- Conclusão da reforma do prédio para instalação do Fórum Criminal e da CEPAL.
- Conclusão da reforma do prédio para instalação dos Juizados Especiais Cíveis.
- Conclusão da reforma do prédio da 3ª Serventia de Registro Civil.
- Reforma do Fórum Barão do Rio Branco (*).
- Conclusão da reforma do Centro Médico Dr. Arthur Chalub Leite.
- Conclusão da reforma de prédio para instalação da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- Reforma dos prédios da Biblioteca, Seção Administrativa, Seção de Recursos Humanos e Comissão Permanente de Licitação do TJAC (*).
- Reforma de prédio para instalação dos Juizados Especiais Criminais (*).

(*) Obras em andamento



Novas unidades judiciárias instaladas na Comarca de Rio Branco em 2007

Reforma, Ampliação e Readequação no Interior

- Conclusão da reforma do Fórum da Comarca de Plácido de Castro e do imóvel que servia como Residência Oficial.
- Conclusão da reforma do Fórum da Comarca de Senador Guimard e do imóvel que servia como Residência Oficial.
- Continuação da reforma do Fórum da Comarca de Xapuri (*).
- Reforma das unidades judiciárias do Vale do Juruá: Central de Execução de Penas Alternativas (CEPAL) e instalação do Juizado Especial Criminal da Comarca de Cruzeiro do Sul; Fórum da Comarca de Mâncio Lima; imóvel que servia de Residência Oficial para instalação do Juizado Especial Cível da Comarca de Tarauacá; imóvel que servia de Residência Oficial para instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Feijó (*).
- Reforma do Centro Integrado de Cidadania da Comarca de Brasília (*).

(*) Obras em andamento



Obras nas Comarcas de Senador Guiomard e Plácido de Castro são concluídas



Construção no Interior

- Construção do novo Fórum da Comarca de Capixaba (*).

(*) Obra em andamento



Iniciada a construção do novo Fórum de Capixaba



Perspectiva das futuras instalações do novo Fórum



1.4. INFORMATIZAÇÃO

Além de cumprir atividades rotineiras, no que concerne ao gerenciamento e manutenção de equipamentos e desenvolvimento de sistemas informatizados, necessários ao regular funcionamento do Tribunal de Justiça, a Coordenadoria de Informática (COINF) promoveu avanços, que tiveram como objetivo principal o aumento da eficiência na prestação jurisdicional por meio de melhor suporte tecnológico.

Em 2007, o processo de informatização do Poder Judiciário ampliou-se em todo o Estado do Acre, com a implementação de iniciativas para modernizar os recursos já existentes. Dentre as principais inovações, destacam-se:

- Desenvolvido o serviço de autenticação de domínio para cada computador da rede interna e externa do TJAC, com implantação de nome de usuário e senha individuais.
- Aquisição do novo Sistema de Automação Judicial – SAJ/5, com data de instalação na rede lógica do Tribunal de Justiça prevista para o mês de abril de 2008.
- Informatização das Comarcas de Senador Guiomard, Sena Madureira e Bujari para utilização da Rede Mundial de Computadores – Internet, a partir da aplicação de Sistema ADSL e IP/TURBO.
- Implantação de novo Sistema de Recursos Humanos para gerenciamento da Folha de Pagamento, com utilização de ferramentas de última geração (Interface Gráfica) da Empresa WIZ SYSTEM, com o módulo de integração com o Sistema da Empresa THEMA (Sistemas Administrativos).
- Liberação de acesso eletrônico gratuito ao Diário da Justiça do Estado do Acre, a partir do Portal de Internet do TJAC.
- Renovação do Contrato Tecnológico firmado entre o Tribunal de Justiça e a Empresa MERAK, para fornecimento do Sistema de E-mail.
- Participação nos encontros de planejamento estratégico promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça, voltados para a implantação do Sistema PROJUDI na Comarca de Rio Branco.
- Treinamento para a execução do sistema PROJUDI, por força da criação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rio Branco.
- Interligação via rádio dos prédios do Fórum Criminal, Juizados Especiais Cíveis, Serventias Extrajudiciais-Edifício Padre André, Seção de Obras e Serviços de Engenharia, e Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, todos da Comarca de Rio Branco.

Equipamentos Adquiridos

Item	Fonte	Quantidade
Microcomputador	Recursos Próprios	100
	Doação CNJ	100
	Convênio	3

Impressora <i>laser</i>	Recursos Próprios	60
	Convênio	3
Impressora multifunção	Doação CNJ	44
Computador - Servidor	Doação CNJ	2
<i>Notebook</i>	Convênio	4
	Doação CNJ	2
<i>Scanner</i> de mesa	Doação CNJ	70
	Recursos Próprios	2
Conversor de fibra	Recursos Próprios	4
<i>Pen drive</i>	Recursos Próprios	8
<i>Modem</i> ADSL	Recursos Próprios	1
<i>Nobreak</i> 800va	Doação CNJ	171
<i>Kit</i> para gravação de audiência	Recursos Próprios	4
Total		578

FONTE: Coordenadoria de Informática do TJAC.



Equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza treinamento sobre o PROJUDI em Rio Branco durante os dias 27 e 28.11.2007



Coordenadoria de Informática do TJAC

1.5. FINANÇAS

A Coordenadoria de Finanças do TJAC (COFIN), visando a utilização dos recursos financeiros disponíveis, desenvolveu orientações sobre a concessão de Suprimento de Fundos, a utilização coerente de telefones e a aquisição de material de consumo e permanente. Além das orientações repassadas, a COFIN também efetivou ações de suporte à Presidência referentes à situação financeira e orçamentária do Tribunal de Justiça.

1.5.1. EXECUÇÃO DE DESPESAS

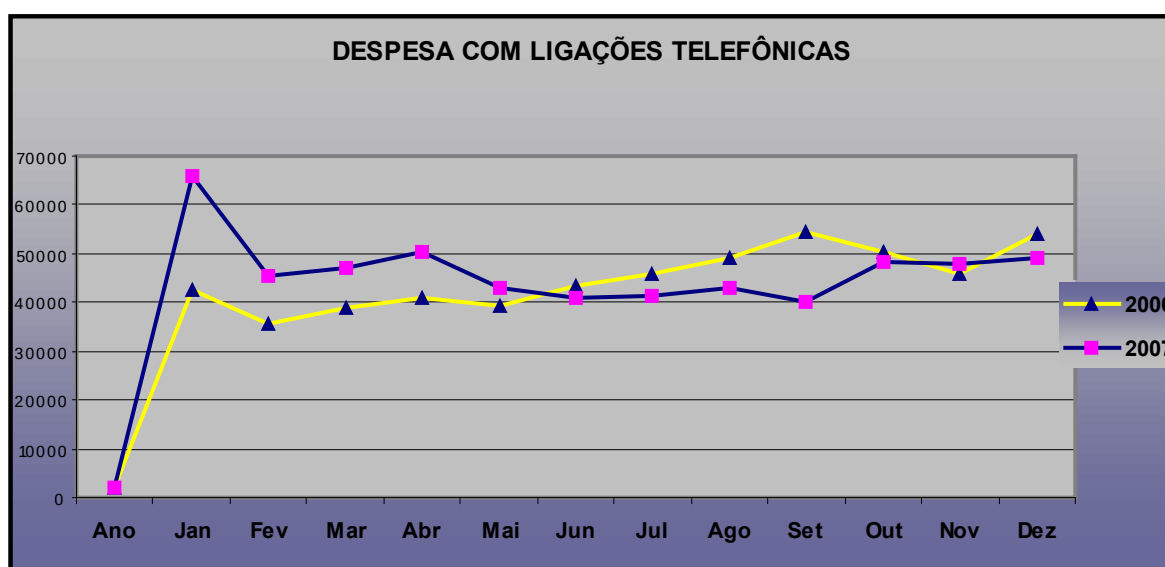
1.5.1.1. Suprimento de Fundos

No âmbito da concessão de Suprimento de Fundos, o controle exercido pela Coordenadoria de Finanças garantiu economia de recursos financeiros, decorrente do trabalho de orientação e conscientização junto aos servidores (supridos), resultando positivamente na qualidade das prestações de contas de Suprimento de Fundos, devidamente encerradas dentro do exercício.

1.5.1.2. Controle na Utilização de Telefones

Dando prosseguimento à política de redução de despesas das contas do Tribunal de Justiça, no exercício de 2007, a COFIN efetuou estudos em diversas contas geradoras de despesas, dentre elas o sistema de telefonia fixa e móvel pertencente ao Tribunal.

De janeiro a abril de 2007, é possível observar que os valores são elevados. Entretanto, a partir do mês de maio, verifica-se redução desses valores, fruto de um acompanhamento mais eficaz das contas e da conscientização dos servidores.



FONTE: Coordenadoria de Finanças do TJAC.

1.5.2. RECEITAS PRÓPRIAS

1.5.2.1. Custas e Emolumentos

Demonstrativo da Receita Arrecadada

Mês	Total Arrecadado	TJAC*
Janeiro	426.265,33	-
Fevereiro	362.386,20	325.974,10
Março	488.592,31	300.526,66
Abril	436.720,72	390.748,02
Maio	527.907,29	352.826,70
Junho	491.226,92	426.764,65
Julho	584.985,84	-
Agosto	507.889,27	872.847,43
Setembro	608.895,50	404.974,28
Outubro	440.758,00	367.730,13
Novembro	562.589,94	494.533,78
Dezembro	535.189,79	668.226,50
Total Geral	5.973.407,11	4.605.152,25

(*) Cálculo em conformidade com o art. 17, §§1º e 2º da Lei nº 1.422/01.

FONTE: Coordenadoria de Finanças do TJAC.

1.5.2.2. Evolução da Receita

Do total das receitas arrecadadas em 2007, observa-se um incremento no percentual de 18,68% em relação ao ano de 2006:

Demonstrativo de Evolução da Receita - Custas e Emolumentos

Ano	Valor (R\$)	%
2003	3.243.165,58	-
2004	3.154.513,16	- 2,81
2005	4.780.731,04	51,6
2006	5.033.187,52	5,3
2007	5.973.407,11	18,7

FONTE: Coordenadoria de Finanças do TJAC.

1.5.3. PAGAMENTO DE PASSIVOS

Ao longo de vários anos, o Tribunal de Justiça acumula uma série de despesas pendentes com pessoal, dentre outras, horas extras, diferenças salariais de planos econômicos instituídos pelo Governo Federal – URP e Bresser, verbas rescisórias, e diferenças salariais referentes a juros e correção dos 11,98%.

A atual Direção iniciou o pagamento de alguns desses passivos a partir do mês de junho de 2007, conforme a seguir expresso:

- Horas Extras, período de fevereiro a setembro de 1997, quitado em dezembro de 2007.
- Diferença Salarial dos Planos URP e Bresser, período de setembro de 1996 a julho de 1997, a ser quitado em abril de 2008.
- Diferença Salarial referente a juros e correção dos 11,98%, de acordo com a proposta apresentada pela Direção do Tribunal, em execução.



Direção do TJAC e Diretoria do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Acre (SINSPIAC) celebram acordo em encontro realizado no dia 14.06.2007



Direção do TJAC participa de discussão sobre o Orçamento 2008 na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, em 20.11.2007



1.6. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

No ano de 2007, a Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (CEPLAN) atuou no auxílio à administração do Poder Judiciário, atendendo as demandas da Presidência com informações e projeções estatísticas que resultaram em diversos trabalhos: elaboração da Proposta Orçamentária Anual; supervisão e acompanhamento da execução orçamentária, além de adequações das dotações orçamentárias (suplementações/remanejamentos) anuais; processos de consulta de disponibilidade orçamentária, coleta de informações e projeções estatísticas sobre a coordenação e execução do orçamento e despesas; elaboração de projetos de captação de recursos junto a organismos governamentais e não-governamentais; elaboração, acompanhamento e controle dos convênios celebrados entre o Poder Judiciário e demais organismos públicos e privados, bem como de suas prestações de contas.

Demonstrativo da Evolução do Orçamento Aprovado e Executado

Ano	Aprovado		Total Aprovado	Executado		Total Executado
	Fonte			Fonte		
	Recursos Próprios	Recursos de Convênios		Recursos Próprios	Recursos de Convênios	
2005	65.932.142,00	0,00	65.932.142,00	71.062.015,66	1.025.315,18	72.087.330,84
2006	74.468.071,00	8.290.105,00	82.758.176,00	79.053.308,43	2.167.322,34	81.220.630,77
2007	86.169.171,00	8.290.105,00	94.459.276,00	102.146.571,78	1.022.340,19	103.168.911,97
2008	97.645.300,00	3,00	97.645.303,00	Em Execução		

FONTE: Coordenadoria de Planejamento e Orçamento do TJAC.

Demonstrativo de Projetos de Captação de Recursos

Discriminação do Projeto	Valor (R\$)	Situação
Fomento à CEPAL – Rio Branco/AC	117.646,00	Em fase de aprovação
Continuidade das ações do Programa Justiça Comunitária - Exercício da Cidadania com a Participação da Comunidade	55.000,00	Aprovado
Balcões de Direito – Cidadania para Inserção das Comunidades da Floresta nas Políticas Públicas Voltadas ao Desenvolvimento Sustentável nas Regionais Tarauacá/Envira/Purus	150.025,76	Aprovado
Balcões de Direito – Cidadania para Inserção das Comunidades da Floresta nas Políticas Públicas Voltadas ao Desenvolvimento Sustentável na Regional do Baixo Acre	110.000,00	Aprovado

FONTE: Coordenadoria de Planejamento e Orçamento do TJAC.



1.7. COMUNICAÇÃO SOCIAL

No ano de 2007, a Assessoria de Imprensa e a unidade de Relações Públicas e Cerimonial do Tribunal de Justiça trabalharam conjuntamente, gerenciando as demandas da área de comunicação social. A Direção do TJAC, a Corte de Justiça e os Magistrados acreanos contaram com assessoramento específico nas relações com a imprensa interessada em decisões advindas do Tribunal, estabelecendo-se um liame entre os gabinetes e os jornalistas, buscando divulgar, de forma mais precisa, o trabalho jurisdicional e administrativo do Tribunal de Justiça.

Na mesma perspectiva, a Assessoria organizou e disciplinou o envio à imprensa, por e-mail, das principais notícias emanadas do Tribunal, principalmente aquelas de utilidade pública e cunho social. Destaque-se as coletivas de imprensa organizadas sempre que necessário para divulgação e esclarecimento de assuntos relacionados ao Poder Judiciário.

1.7.1. COMUNICAÇÃO ON-LINE

No ano de 2007, a Assessoria de Imprensa e Cerimonial assumiu o gerenciamento sobre o conteúdo divulgado no Portal de Internet do Poder Judiciário – www.tj.ac.gov.br –, atividade que antes era de responsabilidade da Coordenadoria de Informática (COINF).

Preocupando-se com a qualidade das matérias apresentadas e a objetividade dos textos publicados, a Assessoria empenhou-se no aperfeiçoamento das divulgações *on-line*.

1.7.1.1. Clipping Diário – Veja onde a Justiça é Notícia Hoje

A partir do mês de abril de 2007, iniciou-se a publicação do *Clipping Diário – Veja onde a Justiça é Notícia Hoje*, em formato eletrônico, no *site* do Tribunal de Justiça, de segunda a sexta-feira, totalizando 182 edições.

1.7.1.2. Portais de Internet e Intranet

Em maio de 2007 foi constituído Grupo de Trabalho composto pelos servidores da Assessoria de Imprensa e Cerimonial e Coordenadoria de Informática do Tribunal, para executar a reestruturação dos Portais de Internet e Intranet do TJAC, com o objetivo de viabilizar uma melhor comunicação interna e externa do Poder Judiciário.

Durante o ano de 2007, o Grupo cumpriu as seguintes atividades: 1) triagem do conteúdo disponibilizado no *site*, dividindo-o entre as plataformas Internet e Intranet, conforme o enfoque de cada uma delas, visando dissolver o excesso de informações apresentadas, especialmente as obsoletas; 2) inserção de uma notificação no atual portal do Tribunal sobre o processo de sua reestruturação, de modo a alertar e esclarecer o usuário sobre eventuais transtornos quanto à busca de informações, incluindo nesta notificação um endereço de e-mail específico para envio de dúvidas e sugestões pelo usuário da página; 3) realização de ampla coleta de dados nos diversos setores do Tribunal, por meio da adoção da metodologia da pesquisa de campo, através da qual foram identificados os conteúdos gerados e a demanda por informações e serviços de cada unidade; 4) análise e sistematização dos dados coleta-

dos, expostos no relatório final da pesquisa de campo; 5) elaboração do normativo que regulamenta a concepção e manutenção dos sítios de Internet e Intranet do Tribunal; 6) planejamento e criação do novo projeto dos portais Internet/Intranet.

Em dezembro de 2007, o Grupo concluiu o projeto do novo *site* para o Tribunal de Justiça, contemplando as plataformas Internet e Intranet. Atualmente, o GT está em fase de execução do projeto.

1.7.2. PUBLICAÇÕES

1.7.2.1. Judiciário em Foco

Em junho de 2007 foi lançada a primeira edição do **Judiciário em Foco**. A publicação desse informativo marca o início de uma série de produtos do projeto de comunicação social do TJAC para o biênio 2007-2008. Com o propósito de se tornar um genuíno canal de comunicação e interação entre o Tribunal, seus servidores e o universo jurídico, o Judiciário em Foco é editado mensalmente, nas versões impressa e eletrônica, disponível a todos os envolvidos e interessados no trabalho da Justiça acreana.



No ano de 2007 são publicadas 6 edições do informativo Judiciário em Foco

1.7.2.2. Tribunal de Justiça do Estado do Acre - 44 Anos



Em comemoração ao aniversário do TJAC, instalado em 15.06.1963, a Assessoria de Imprensa e Cerimonial lançou no dia 15 de junho a logomarca **Tribunal de Justiça do Estado do Acre - 44 Anos** na publicação comemorativa sobre a história do Tribunal, que reúne coletânea de depoimentos de pioneiros e membros da Corte de Justiça do Acre. O material impresso foi distribuído como encarte dos principais jornais de circulação diária no Estado do Acre.

1.7.2.3. Dia da Justiça

Para recordar a data, a Assessoria de Imprensa e Cerimonial produziu impresso comemorativo sobre o ***Dia da Justiça***, distribuído com os principais jornais de circulação no Estado do Acre em 8 de dezembro de 2007.



1.7.2.4. ESMAC 20 ANOS

No dia 14 de dezembro, durante a realização da III Noite Magistrat, coordenada pela Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), a Assessoria de Imprensa e Cerimonial lançou a revista ***ESMAC 20 ANOS***, produzida especialmente para o evento. A publicação relata a trajetória da Instituição a partir de depoimentos de ex-diretores, magistrados e servidores participantes da sua história.

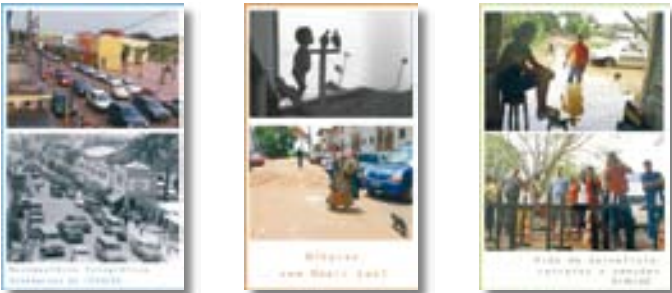


1.7.3. PROJETOS

1.7.3.1. Mais Arte

Idealizado e coordenado pela Assessoria de Imprensa e Cerimonial do TJAC, o **Projeto Mais Arte** foi lançado no dia 10 de abril de 2007, visando integrar as artes plásticas ao ambiente de trabalho de magistrados e servidores do Poder Judiciário, divulgar a produção de artistas locais e facilitar o acesso da população aos bens culturais.

Projeto Mais Arte

Edição	Período	Exposição
1ª. Edição	10.04.07 a 30.06.2007	Trabalho do artista plástico Ueliton Santana 
2ª. Edição	11.09.07 a 30.11.2007	Trabalhos na área de fotografia: • <i>Documentário Fotográfico</i>, produzido pelos acadêmicos do curso de Jornalismo do Instituto de Ensino Superior do Acre (IESACRE). • <i>Olhares</i>, de autoria do repórter fotográfico Odair Leal. • <i>Vida de Jornalista, Retratos e Emoções</i>, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Acre (SINJAC). 
3ª. Edição	22.12.07 a 22.02.08	Trabalho do artista plástico Darcy Seles 

1.7.3.2. Exposição de Arte Itinerante

Além de desenvolver o Projeto Mais Arte no prédio sede do Tribunal de Justiça, a Assessoria de Imprensa e Cerimonial também iniciou a organização de **exposições itinerantes**, como forma de contemplar as demais unidades e dependências do Judiciário. A primeira experiência dessa atividade foi a exposição do artista plástico Gedeon Tavares, realizada no prédio Anexo do Tribunal de Justiça, durante os dias 20 e 23 de novembro de 2007.



O artista plástico Gedeon Tavares é recepcionado pelas desembargadoras Izaura Maia e Eva Evangelista



Exposição do artista realizada no prédio Anexo do TJAC, entre os dias 20 e 23.11.2007

1.7.3.3. Mais Música

Com o objetivo de promover a integração da comunidade jurídica (servidores e magistrados) por meio de atividades artísticas, culturais e sociais, a Assessoria de Imprensa e Cerimonial desenvolveu o **Projeto Mais Música – entretenimento para quem faz a Justiça**.

O Projeto consiste na organização de apresentações de artistas locais nas unidades do Poder Judiciário, com acesso facultado ao público externo. A primeira edição do Projeto ocorreu em 26 de outubro de 2007, quando ele foi lançado por ocasião do evento comemorativo ao Dia do Servidor Público.



1.7.4. EVENTOS

Principais Eventos Realizados

Data	Eventos	
MARÇO		
07.03.2007	Evento comemorativo ao Dia Internacional da Mulher	
ABRIL		
04.04.2007	Solenidade de Instalação do Fórum Criminal da Comarca de Rio Branco	
MAIO		
11.05.2007	Evento comemorativo ao Dia das Mães	
JULHO		
05.07.2007	Sessão Especial de Homenagem ao Desembargador Ciro Facundo de Almeida	
AGOSTO		
01.08.2007	Solenidade de Posse do Juiz Marcelo Coelho de Carvalho como Titular da Vara do Tribunal do Júri	
03.08.2007	Solenidade de Entrega da Obra do Fórum de Senador Guiomard	

05.08.2007	Cerimônia de Casamento Coletivo - Edição da EXPOACRE	 
10.08.2007	Evento comemorativo ao Dia dos Pais	
17.08.2007	Solenidade de Instalação dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Rio Branco	 
SETEMBRO		
01 a 04.09.2007	Visita Oficial da Presidente Izaura Maia ao Vale do Juruá: Comarcas de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves.	 



OUTUBRO		
23 a 25.10.2007	Presidente Izaura Maia participa de reunião com a bancada de parlamentares acreanos em Brasília para discutir o fortalecimento dos programas desenvolvidos pelo TJAC	 
26.10.2007	Evento comemorativo ao Dia do Servidor Público	
NOVEMBRO		
22.11.2007	Sessão Especial de Comemoração aos 70 anos da Academia Acreana de Letras	 
22.11.2007	Solenidade de Descerramento da Fotografia do Desembargador Samoel Martins Evangelista na Galeria de Presidentes do Tribunal de Justiça do Acre	 
DEZEMBRO		
03 a 08.12.2007	Semana Nacional da Conciliação	

07.12.2007	Sessão Especial de Posse do Desembargador Adair José Longuini	 
14.12.2007	III Noite Magistral: evento comemorativo aos 20 Anos da ESMAC	 
19.12.2007	Solenidade de Entrega da Obra do Fórum de Plácido de Castro	 
21.12.2007	Cerimônia de Casamento Coletivo - Edição de Natal	 

FONTE: Assessoria de Imprensa e Cerimonial do TJAC.



1.8. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

1.8.1. PROGRAMA DE MBA EM PODER JUDICIÁRIO

No exercício de 2007, a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) priorizou o Programa de MBA em Poder Judiciário. O convênio formalizado entre o Tribunal de Justiça do Acre, o Estado do Acre, a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, ainda com a parceria da Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO), cumpriu de fevereiro a dezembro de 2007 a grade curricular proposta para o período, totalizando uma carga horária de 225 (duzentos e vinte e cinco) horas-aula.

1.8.2. OUTRAS ATIVIDADES

II COLÓQUIO SOBRE AS REFORMAS DO PROCESSO CIVIL



Coordenado pela Desembargadora Miracele Borges, o evento ocorreu no dia 04.06.2007

II FÓRUM DE DEBATES SOBRE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO



Desembargadores Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça, e Pedro Ranzi, Vice-Presidente do TJAC e Diretor da ESMAC, na abertura do Fórum



Magistrados acreanos reunidos durante o evento, realizado em parceria pela ESMAC e Corregedoria Geral da Justiça, no dia 21.06.2007

1.8.3. PROJETO CULTURAL NOITE MAGISTRAL

Tradicionalmente realizado no final do ano letivo, o Projeto Cultural da ESMAC promoveu em 2007 a III Noite Magistrat, encerrando oficialmente as atividades acadêmicas planejadas para o exercício ao promover a confraternização entre magistrados, professores e alunos da Escola.

O evento, realizado no dia 14 de dezembro de 2007, em parceria com a Associação dos Magistrados Acreanos (ASMAC) e a Assessoria de Imprensa e Cerimonial do Tribunal de Justiça, foi especialmente alusivo aos 20 anos de criação da ESMAC. Na ocasião foram homenageados todos os seus ex-diretores, como reconhecimento aos grandes feitos voltados para o fortalecimento da Escola, e também foi lançada a edição especial da Revista ESMAC 20 Anos, registrando sua história e fatos relevantes.



Em 2007, o Projeto comemorou os 20 anos da Escola



Performance dos desembargadores Izaura Maia, Presidente, e Pedro Ranzi, Vice-Presidente do TJAC, na III Noite Magistrat

2

GESTÃO JURISDICCIONAL



Comarca de Manoel Urbano



Comarca de Feijó



Comarca de Taraucá



Comarca de Acrelândia



Comarca de Cruzeiro do Sul



Comarca de Capixaba



Comarca de Brasília



Comarca de Mâncio Lima



Comarca de Plácido de Castro



Comarca de Bujari



Comarca de Assis Brasil
(não instalada)



Comarca de Senador Guiomard



Comarca de Rodrigues Alves
(não instalada)



Comarca de Epitaciolândia



Comarca de Xapuri



Comarca de Sena Madureira



3ª Vara Cível
Comarca de Rio Branco



Vara de Execuções Penais
Comarca de Rio Branco



1ª Vara de Fazenda Pública
Comarca de Rio Branco



Vara de Registros Públicos
Comarca de Rio Branco

2.1. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

2.1.1. PRINCIPAIS METAS DO BIÊNIO 2007-2008

Durante o ano de 2007, a Corregedoria Geral da Justiça, sem prejuízo de suas atribuições fiscalizatórias e administrativas, exerceu suas atividades voltadas à consecução de dois objetivos principais: atender ao princípio da razoável duração do processo e, conseqüentemente, reduzir as taxas de congestionamento apresentadas pelas unidades judiciárias.

Para tanto, restou editado o Provimento 12/2007, que fixou como média da razoável duração do processo o prazo de 02 (dois) anos, consistindo tal orientação em critérios para a promoção de magistrados por merecimento.

Durante o exercício de 2007, a taxa de congestionamento geral do Estado apresentou significativa redução, lançado o desafio aos magistrados estaduais para o exercício de 2008, consistindo no decréscimo da unidade de medida ao patamar de 50% (cinquenta por cento) significando a eficiência e eficácia a partir da distribuição com a resolução dos processos nas respectivas unidades judiciárias.

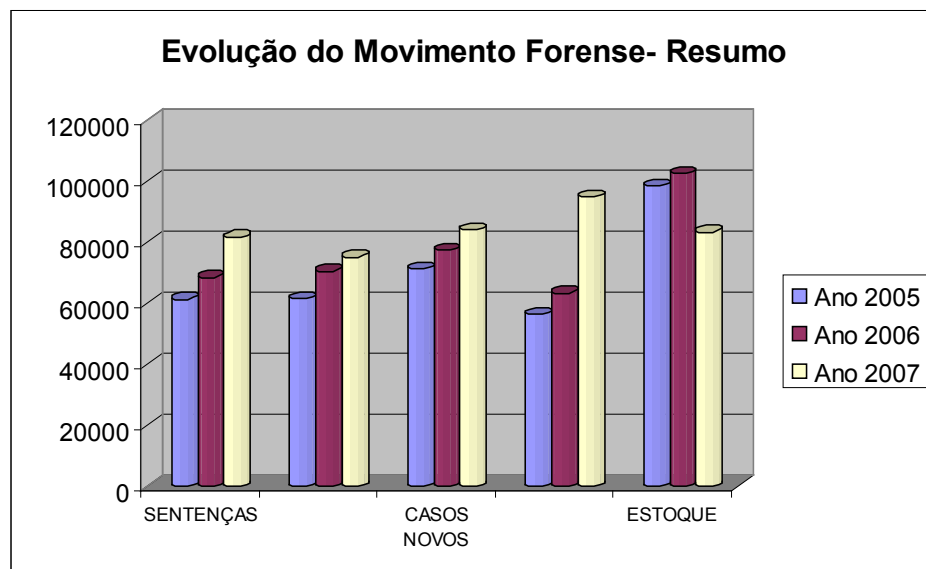
Como amostra da evolução da taxa de congestionamento de processos no primeiro grau de jurisdição durante o exercício do 2007, segue quadro sinóptico:

Evolução do Movimento Forense

JUSTIÇA COMUM					
ANO	SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	CASOS NOVOS	ARQUIVADOS	ESTOQUE
Ano 2005	23.117	17.340	33.548	25.463	62.014
Ano 2006	26.607	22.010	38.853	31.706	63.464
Ano 2007	33.745	25.776	42.490	38.454	59.741
JUIZADOS ESPECIAIS					
ANO	SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	CASOS NOVOS	ARQUIVADOS	ESTOQUE
Ano 2005	38.216	44.160	37.787	30.863	36.559
Ano 2006	41.890	48.584	38.718	31.691	39.231
Ano 2007	48.024	49.349	41.433	56.288	23.635
RESUMO GERAL					
ANO	SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	CASOS NOVOS	ARQUIVADOS	ESTOQUE
Ano 2005	61.333	61.500	71.335	56.326	98.573
Ano 2006	68.497	70.594	77.571	63.397	102.695
Ano 2007	81.769	75.125	83.923	94.742	83.376

* Dados consolidados.

FONTE: Corregedoria Geral da Justiça do TJAC.



FONTE: Corregedoria Geral da Justiça do TJAC.

2.1.2. ATOS NORMATIVOS

Em 2007, restaram editados os seguintes atos normativos:

Provimentos

Provimentos	Assunto
Provimento nº 01, de 11.01.2007	Dispõe sobre o processamento de inventário quando inexistentes bens a inventariar.
Provimento nº 02, de 15.01.2007	Institui as normas a serem observadas para lavratura de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha.
Provimento nº 03, de 09.01.2007	Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça.
Provimento nº 04, de 24.01.2007	Consolidação Normativa Notarial e Registral. Atualização e Revisão.
Provimento nº 05, de 26.02.2007	Suspende os efeitos do disposto 1.8.3 da Seção 8, da CNG-JUDIC.
Provimento nº 06, de 05.03.2007	Disciplina a substituição do magistrado impossibilitado de comparecer ao expediente forense.
Provimento nº 07, de 22.03.2007	Dispõe sobre os órgãos competentes para processar e julgar as causas previstas na Lei Federal nº. 11.340/2006.
Provimento nº 08, de 16.04.2007	Suspende os efeitos do disposto no item 2.9.12, da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça.
Provimento nº 09, de 17.04.2007	Dispõe sobre o atendimento preferencial aos idosos previsto na Lei Federal nº. 10.741/2003.
Provimento nº 10, de 17.04.2007	Dispõe sobre a comunicação de decreto de indisponibilidade de bens.
Provimento nº 11, de 14.05.2007	Suspende os efeitos do disposto no item 2.2.15.1, da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça.
Provimento nº 12, de 17.07.2007	Define as metas a serem alcançadas para promoção de magistrado por merecimento Art. 276-B, V, da Resolução 125/07, do Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça.

Provimento nº 13, de 27.07.2007	Dispõe sobre os processos já sentenciados e com trânsito em julgado, mantidos em arquivos provisórios.
---------------------------------	--

FONTE: Corregedoria Geral da Justiça do TJAC.

Provimentos Conjuntos

Provimentos Conjuntos	Assunto
Provimento nº 01 (Tribunal de Justiça), de 17.10.2007	Institui o Projeto Meu Lugar Legal, objetivando a regularização do parcelamento (loteamento e desmembramento) do solo urbano.
Provimento nº 01 (Conselho da Magistratura)	Regulamenta o "Programa Conciliar", criado pela Portaria Conjunta nº 001/2007, e institui o Núcleo de Conciliação.

FONTE: Corregedoria Geral da Justiça do TJAC.

Recomendações

Recomendações	Assunto
Recomendação nº 01, de 08.01.2007	Aos Juízes Leigos, Conciliadores e Juízes de Direito titulares dos Juizados Especiais Cível, Criminal e da Microempresa, recomenda o cumprimento da jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, cabendo ao Juiz de Direito titular a fiscalização e cobrança dos horários estabelecidos na Resolução nº 001/2005, do Conselho de Administração.
Recomendação nº 02, 13.03.2007	Distribuidores e Escrivanias Criminais. Inclusão do número do Inquérito Policial e da Unidade Instauradora.
Recomendação nº 03, de 22.03.2007	Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais. Cumprimento das Normas. Comunicação de óbito ao INSS.
Recomendação nº 04, de 18.04.2007	Aos Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Acre, recomenda o arquivamento de processos em decorrência do art. 51, I, §2º, da Lei Federal nº 9.099/95.
Recomendação nº 05, de 07.05.2007	Serventia de Registro de Imóveis. Cumprimento do art. 169, da Lei de Registros Públicos. Transferência de Matrícula.
Recomendação nº 06, de 19.07.2007	Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais. Preenchimento de Declaração de Óbito – DO. Integralidade do endereço do lugar do óbito.

FONTE: Corregedoria Geral da Justiça do TJAC.

Portarias Conjuntas

Portarias Conjuntas	Assunto
Portaria Conjunta nº 01, de 04.06.2007	Institui Grupo de Trabalho para proceder estudos destinado a elaborar regramento unificado, com a finalidade de possibilitar a regularização fundiária urbana no Município de Rio Branco.
Portaria Conjunta nº 01, de 27.07.2007	Elogiar e agradecer ao Juiz de Direito Marcelo Badaró Duarte, titular da Vara de Registros Públicos da Comarca de Rio Branco, que conduziu, com dedicação, presteza e eficiência, a grande demanda nas serventias extrajudiciais, auxiliando no atendimento à população que necessitou dos serviços de autenticação de documentos, em decorrência da demanda nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2007, resultante da abertura de concurso público pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.

Portaria Conjunta nº 02, de 27.07.2007	Elogiar e agradecer aos servidores nominados que, com dedicação, presteza e eficiência, reuniram esforços para bem cumprir o seu dever, contribuindo, sobremaneira, com o Poder Judiciário Acreano, auxiliando no atendimento à população que necessitou dos serviços de autenticação de documentos no 1º Tabelionato de Notas, em decorrência da grande demanda nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2007, resultante da abertura de concurso público pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.
Portaria Conjunta nº 03, de 27.07.2007	Elogiar e agradecer aos servidores nominados que, com dedicação, presteza e eficiência, reuniram esforços para bem cumprir o seu dever, contribuindo, sobremaneira, com o Poder Judiciário Acreano, auxiliando no atendimento à população que necessitou dos serviços de autenticação de documentos no 2º Tabelionato de Notas, em decorrência da grande demanda nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2007, resultante da abertura de concurso público pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.
Portaria Conjunta nº 04, de 27.07.2007	Elogiar e agradecer aos servidores nominados que, com dedicação, presteza e eficiência, reuniram esforços para bem cumprir o seu dever, contribuindo, sobremaneira, com o Poder Judiciário Acreano, auxiliando no atendimento à população que necessitou dos serviços de autenticação de documentos na 3ª Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais, em decorrência da grande demanda nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2007, resultante da abertura de concurso público pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.
Portaria Conjunta nº 05, de 27.07.2007	Elogiar e agradecer aos servidores nominados que, com dedicação, presteza e eficiência, reuniram esforços para bem cumprir o seu dever, contribuindo, sobremaneira, com o Poder Judiciário Acreano, auxiliando no atendimento à população que necessitou dos serviços de autenticação de documentos na 4ª Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais, em decorrência da grande demanda nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2007, resultante da abertura de concurso público pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.
Portaria Conjunta nº 06, de 20.11.2007	Designar os Juízes plantonistas nas Comarcas do Estado, durante o período do recesso forense, compreendido entre 20.12.2007 a 06.01.2008.
Portaria Conjunta nº 07, de 14.12.2007	Estabelecer a ordem de substituição dos Juízes de Direito para efeito de prorrogação de competência, durante o período compreendido entre os dias 07 a 31.01.2008.
Portaria Conjunta nº 08, de 19.12.2007	Aditar a Portaria Conjunta nº 06, de 20.11.2007.
Portaria Conjunta nº 09, de 20.12.2007	Estender a competência da Juíza de Direito Lílian Deise Braga Paiva, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Cruzeiro do Sul, com competência prorrogada às Varas de Família da Comarca de Rio Branco, aos demais processos em curso na 1ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, no período de 20 de dezembro a 06 de janeiro de 2008.
Portaria Conjunta nº 10, de 27.12.2007	Nomeia Oficiais de Justiça <i>ad hoc</i> para a Central de Mandados da Comarca de Rio Branco.
Portaria Conjunta nº 11, de 27.12.2007	Adita a Portaria Conjunta nº 07, de 14.12.2007.

FONTE: Corregedoria Geral da Justiça do TJAC.

2.1.3. CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

No exercício de 2007 foi realizada a Correição Geral Ordinária em todas as serventias judiciais do Estado do Acre, bem como das serventias extrajudiciais do interior do Estado, reservando-se o início do ato fiscalizatório nas serventias extrajudiciais de Rio Branco ao mês de março ou abril de 2008.

Durante os trabalhos correicionais incorreu orientação da Corregedoria Geral da Justiça no sentido de suspender os prazos processuais, interromper a distribuição ou suspender as audiências, haja vista a necessidade de evitar qualquer prejuízo à rotina dos trabalhos da unidade jurisdicional correicionada.

Em cada unidade judiciária também foram correicionados os 50 (cinquenta) processos mais antigos em curso, com distribuição anterior ao exercício de 2004, observado o prazo de 02 (dois) anos objeto do Provimento 12/2007, relativo à razoável duração do processo.

Foram ainda submetidos à Correição 10% (dez por cento) dos feitos em curso nas serventias judiciais, efetuada a inspeção por amostragem.

Os trabalhos correicionais possibilitaram a aferição das causas de estrangulamento dos processos judiciais, dos

problemas de estrutura física e de pessoal que acarretam prejuízo à efetiva prestação jurisdicional, bem como aferição da produtividade dos magistrados titulares e em exercício nas unidades judiciárias.

Após o término da Correição foram confeccionados os respectivos Relatórios pormenorizados de cada unidade judicial.

Demonstrativo da Correição Geral Ordinária

Comarca	Data de Realização	Vara	Quantidade de Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento (%)
MANOEL URBANO	30.07.2007	Vara única – Cartório Cível	285	88%
		Vara única - Cartório Criminal	142	96%
		Vara única - Juizado Cível	346	65%
		Vara única - Juizado Criminal	191	90%
TARAUCÁ	02 a 03.08.2007	Vara única – Cartório Cível	1.007	62%
		Vara única - Cartório Criminal	548	76%
		Vara única - Juizado Cível	919	47%
		Vara única - Juizado Criminal	287	36%
XAPURI	08.10.2007	Vara única – Cartório Cível	781	63%
		Vara única - Cartório Criminal	184	46%
		Vara única - Juizado Cível	129	16%
		Vara única - Juizado Criminal	56	17%
EPITACIOLÂNDIA	10.10.2007	Vara única – Cartório Cível	546	69%
BRASILÉIA	11 a 12.10.2007	Vara única – Cartório Cível	977	51%
		Vara única - Cartório Criminal	908	84%
		Vara única - Juizado Cível	335	21%
		Vara única - Juizado Criminal	267	54%
SENADOR GUIOMARD	16 a 17.10.2007	Vara única – Cartório Cível	667	63%
		Vara única - Cartório Criminal	494	85%
		Vara única - Juizado Cível	361	38%
		Vara única - Juizado Criminal	203	50%
PLÁCIDO DE CASTRO	18.10.2007	Vara única – Cartório Cível	256	41%
		Vara única - Cartório Criminal	266	79%
		Vara única - Juizado Cível	53	9%
		Vara única - Juizado Criminal	49	10%
ACRELÂNDIA	19.10.2007	Vara única – Cartório Cível	287	54%
		Vara única - Cartório Criminal	143	76%
		Vara única - Juizado Cível	39	7%
		Vara única - Juizado Criminal	47	36%
SENA MADUREIRA	22 a 24.10.2007	Vara única – Cartório Cível	1.966	64%
		Vara única - Cartório Criminal	1.028	83%
		Vara única - Juizado Cível	855	15%
		Vara única - Juizado Criminal	483	31%
BUJARI	29.10.2007	Vara única – Cartório Cível	238	73%
		Vara única - Cartório Criminal	172	89%
		Vara única - Juizado Cível	218	35%
		Vara única - Juizado Criminal	56	72%
MÂNCIO LIMA	12 a 13.11.2007	Vara única – Cartório Cível	766	77%
		Vara única - Cartório Criminal	418	84%
		Vara única - Juizado Cível	678	55%
		Vara única - Juizado Criminal	429	60%

RODRIGUES ALVES (COMARCA NÃO INSTALADA)	12 a 13.11.2207	Vara única – Cartório Cível	95	Tratando-se de Comarca não instalada, inexiste remessa a este órgão censório de informações periódicas acerca do quantitativo processual, notadamente dos processos em trâmite e sentenciados - estatística - daí porque resulta impossibilitada a aferição da taxa de congestionamento.
		Vara única - Cartório Criminal	50	
		Vara única - Juizado Cível	144	
		Vara única - Juizado Criminal	150	
CRUZEIRO DO SUL	14 a 19.11.2007	1ª Vara Cível	1.949	40%
		2ª Vara Cível	1.732	46%
		1ª Vara Criminal	644	75%
		2ª Vara Criminal	453	60%
		CEPAL	537	11%
		Juizado Esp. Cível	2.114	%
		Juizado Esp. Criminal	344	24%
RIO BRANCO	13.08.2007	1ª Vara Cível	1.451	73%
	14.08.2007	2ª Vara Cível	1.815	81%
	30 a 31.08.2007	3ª Vara Cível	1.514	80%
	13.09.2007	4ª Vara Cível	1.647	79%
	16 a 17.08.2007	Vara de Órfãos e Sucessões	2.208	93%
	17 a 18.09.2007	1ª Vara de Família	2.958	61%
	06.11.2007	2ª Vara de Família	1.811	46%
	30 a 31.10.2007	3ª Vara de Família	2.390	57%
	27 a 28.09.2007	1ª Vara da Fazenda Pública	2.430	66%
	19 a 20.12.2007	2ª Vara da Fazenda Pública	2.132	79%
	19.09.2007	Vara de Registros Públicos	677	61%
	22 a 23.08.2007	1ª Vara Criminal	2.048	78%
	27 a 29.08.2007	2ª Vara Criminal	2.758	94%
	17 a 18.12.2007	3ª Vara Criminal	2.091	94%
	20 a 21.08.2007	4ª Vara Criminal	2.017	77%
	08.11.2007	Vara de Tribunal do Júri	1.211	84%
	07.11.2007	Vara de Delitos de Tóxico e Acidentes de Trânsito	599	70%
	07.11.2007	Auditoria Militar	149	40%
	02 a 05.10.2007	Vara de Execuções Penais	2.393	89%
	02 a 05.10.2007	CEPAL	1.931	82%
	10 a 11.09.2007	Juizado da Infância e da Juventude	2.456	60%
	28 a 29.11.2007	1º Juizado Especial Cível	3.282	3%
	28 a 29.11.2007	Juizado de Trânsito	300	17%
	10 a 11.12.2007	2º Juizado Especial Cível	3.391	40%
	12 a 13.12.2007	3º Juizado Especial Cível	5.375	51%
	12 a 13.12.2007	Justiça Comunitária Itinerante	259	51%
	30.11.2007	1º Juizado Esp. Criminal	906	25%
	14.12.2007	2º Juizado Esp. Criminal	764	-8%

CAPIXABA	15.10.2007	Vara única – Cartório Cível e Cartório Criminal	423	Cartório Cível: 75%
				Cartório Criminal: 81%
		Vara única - Juizado Cível e Juizado Criminal	250	Juizado Cível: 32%
				Juizado Criminal: 56%
ASSIS BRASIL (COMARCA NÃO INSTALADA)	09.10.2007	Vara única – Cartório Cível	125	28%
		Vara única - Juizado Cível	95	
		Vara única - Juizado Criminal	57	
FEIJÓ	31.07 a 01.08.2007	Cartório Cível	Outros Feitos Cíveis (Leme, Indenizações, Monitoria e Outros - 35,41%)	62%
		Cartório Criminal	Contravenções Penais - 40,2%	71%
		Juizado Cível	Ação de Cobrança - 52,5%	28%
		Juizado Criminal	Embriaguez - 145 processos	41%

FONTE: Corregedoria Geral da Justiça do TJAC.

2.1.4. SETOR DE ESTATÍSTICA

Durante o exercício de 2007, o Setor de Estatística teve uma participação efetiva nas atividades desenvolvidas na Corregedoria, de vez que recebe os relatórios mensais das unidades judiciárias e relatórios individuais dos magistrados, contribuindo para o controle interno das atividades jurisdicionais mediante a elaboração de estatísticas mensais das unidades judiciárias.

Significativo, ainda, o índice de informações apresentadas ao Conselho Nacional de Justiça, atendendo às diversas solicitações decorrentes, principalmente, do processo de informatização do Poder Judiciário, mediante a virtualização processual.

Destacam-se entre as principais realizações implementadas pelo mencionado setor, as seguintes:

- Elaboração de Mapas Estatísticos Mensais (Judiciais e Extrajudiciais);
- Cálculo de Taxas de Congestionamento;
- Criação de Pastas Individuais dos Magistrados, em cumprimento à Resolução 125/2007, deste Tribunal de Justiça;
- Levantamento do acervo processual no Estado do Acre no qual figuram como partes a Fazenda Pública Estadual e Municipal e a Defensoria Pública;
- Participação das atividades de implantação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Remessa semestral de dados estatísticos ao Conselho Nacional de Justiça ou, em caráter extraordinário, quando requisitado;
- Contribuição para o Diagnóstico acerca dos mandados judiciais pendentes de cumprimento pela Central de Mandados – CEMAN;
- Contribuição para o cálculo da produtividade de magistrados para instrução de processo de Promoção por merecimento à Vara de Execuções Penais (Juíza de Direito Maha Kouzi Manasfi), remoção à Vara do Tribunal do Júri

(Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho) bem como a Promoção à vaga de Desembargador deste Tribunal de Justiça pelo Juiz de Direito Adair José Longuini;

- Administração dos usuários do INFOSEG e BACENJUD (Cadastro de novos usuários, alteração de senhas, bloqueio e desbloqueio).

2.1.5. SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

Realizada a Semana Nacional da Conciliação, entre os dias 03 e 08 de dezembro de 2007, sob coordenação da Corregedoria Geral da Justiça, o Judiciário Acreano obteve os seguintes resultados:

- 3.333 pessoas atendidas.
- 2.389 audiências realizadas.
- 933 acordos firmados.
- 41 palestras ministradas.



No dia 03.12.2007, o TJAC realizou Solenidade de Abertura Oficial da Semana da Conciliação no Acre



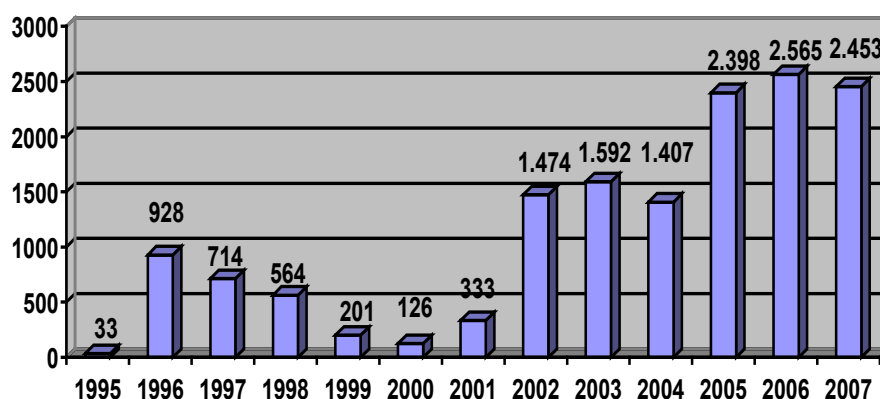
Justiça do Acre comemora os bons resultados da Semana da Conciliação

O Relatório detalhado das atividades da Corregedoria Geral da Justiça, no exercício de 2007, será apresentado/publicado até o final de abril de 2008.

2.1.6. JUIZADO DE TRÂNSITO

Com 11 anos de atuação, completados no dia 18 de dezembro de 2007, o Juizado de Trânsito da Comarca de Rio Branco registrou nesse ano 2.453 atendimentos de ocorrências de acidentes de trânsito, sendo 1.858 no próprio local do acidente e 595 queixas registradas em cartório, reafirmando o sucesso e a confiança deste serviço prestado pelo Tribunal de Justiça.

Atendimentos do Juizado de Trânsito – 18.12.1995 a 31.12.2007



FONTE: Juizado de Trânsito da Comarca de Rio Branco.

O crescente número de atendimentos, conforme demonstra o gráfico, ocorreu principalmente devido ao fortalecimento das ações pertinentes aos serviços prestados pelo Juizado de Trânsito, ressaltadas pelo Convênio de Cooperação Técnica entre os órgãos ligados à Justiça, trânsito e segurança pública.



Juizado de Trânsito: 11 anos de atuação na mediação dos conflitos, proporcionando economia de tempo e dinheiro ao Poder Público e ao cidadão

De acordo com o convênio firmado, quando o CIOSP é informado da existência de uma ocorrência de trânsito que envolva apenas danos materiais, o Juizado de Trânsito é acionado prioritariamente, atendendo todas as ocorrências que são registradas pelo número 190.

Além das atividades judiciais, técnicos do Juizado ministram para funcionários de empresas do setor de transporte de passageiros e cargas, palestras sobre segurança no trânsito, visando reduzir o número de acidentes com esses usuários.

Também são ofertadas palestras em escolas, associações de classe, e turmas de oficiais e soldados em formação de instrução. Outra atuação do Juizado de Trânsito que fortalece suas ações é a participação intensiva em campanhas educativas, feiras, seminários, palestras, blitz de trânsito e demais atividades pertinentes a sua área de atuação, divulgando os serviços oferecidos e firmando novas parcerias, reforçadas a cada ano, em especial com a SEJUSP, DETRAN e CIATRAN.

Em novembro de 2007, após 10 anos de atividades do Juizado de Trânsito, foi realizada a primeira Correição Geral Ordinária na Unidade.

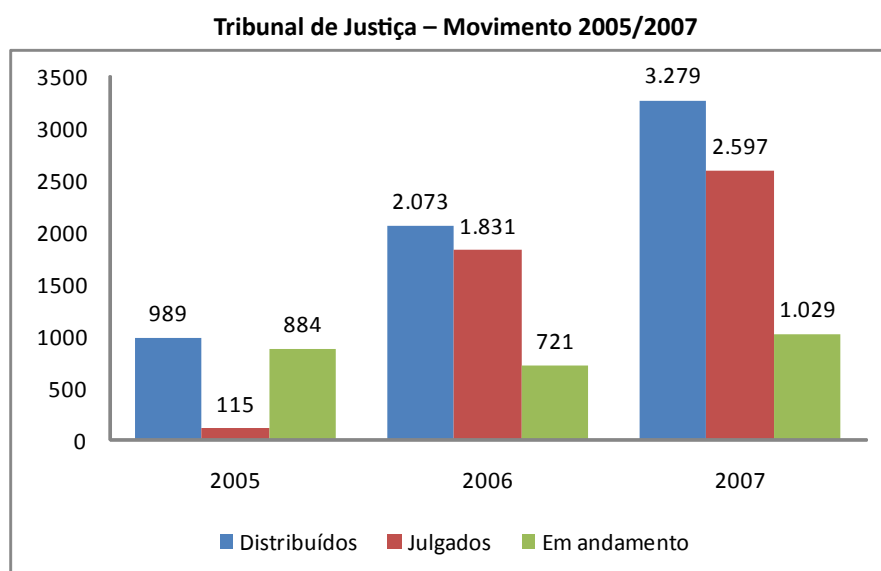


O Juizado de Trânsito realizou 2.453 atendimentos em 2007

2.2. DIRETORIA JUDICIÁRIA

Dentre as atividades da Diretoria Judiciária (DIREJ) realizadas no ano de 2007, destacam-se:

- Iniciado o trabalho de seleção e catalogação dos acórdãos publicados no âmbito do Tribunal Pleno, a fim de elaborar o Ementário de Jurisprudência a ser lançado no final do biênio 2007-2008 em formato digital (CD-ROM) e impresso.
- Decisões e Acórdãos proferidos no período foram encaminhadas à Revista dos Tribunais – RT, para possível publicação.
- Atualização e complementação da Tabela de Precatórios em trâmite no Tribunal de Justiça para melhor assessorar a Presidência no acompanhamento e pagamento dos créditos devidos pela Fazenda Pública, em conformidade com as diretrizes constitucionais. Em 2007 foram distribuídos 33 (tinta e três) precatórios e 37 (trinta e sete) requisições de pequeno valor.
- Reativação do Setor de Execução de Mandados da DIREJ, com cumprimento de 893 mandados durante o exercício de 2007.
- Readequação do arquivo de documentos.
- Instalação de Balcão de Atendimento Informatizado na DIREJ para realização de consultas processuais.

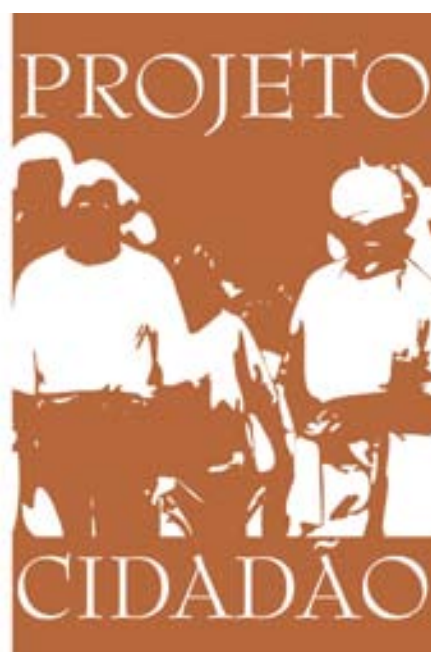


FONTE: Diretoria Judiciária do TJAC.

Tribunal Pleno Judicial, Tribunal Pleno Administrativo, Conselho da Magistratura,
Conselho de Administração, Câmara Cível e Câmara Criminal.



Justiça
Comunitária
Itinerante



CEPAL

2.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

2.3.1. JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Apresentação

Com o propósito de aproximar a Justiça do cidadão, proporcionando a ele conscientização sobre seus direitos e assistência jurídica no seu próprio bairro, o Programa Justiça Comunitária Itinerante é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre desde 2002, inicialmente em convênio com o Ministério da Justiça; posteriormente, a partir de 2004, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e desde 2006 em parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Branco.

Objetivos

- Oferecer orientações jurídicas a comunidades carentes, conscientizando a população sobre seus direitos e deveres.
- Contribuir para a resolução de pequenos conflitos de maneira rápida e amigável, por meio da mediação realizada por agentes comunitários.

Como Funciona

As orientações e mediações são feitas por agentes comunitários, isto é, pessoas da própria comunidade, informadas, treinadas e supervisionadas por uma equipe multiprofissional, composta por psicólogos, assistentes sociais e estagiários de Direito, sob a coordenação da Diretoria-Geral da Fica Evangélica.

Os agentes comunitários trabalham nos núcleos instalados em instituições que existem nos próprios bairros.

- Atuam como educadores, orientando a população sobre a melhor forma de solucionar suas questões.
- Realizam palestras sobre temas diversos, como previdência social e direito do consumidor, difundindo o exercício da cidadania.
- Prestam informações sobre serviços do Judiciário, direitos da criança, mulher e idoso, e políticas públicas.
- Auxiliam os moradores na resolução de pequenos conflitos ou conciliam em casos aos órgãos específicos.

Por meio da mediação, os agentes buscam não apenas pôr fim ao litígio, mas restaurar a convivência pacífica entre os envolvidos.

Durante os agentes comunitários de cada um dos bairros atendidos pelo Programa recebem as demandas de sua comunidade e buscam a mediação dos conflitos. O mediador busca estabelecer o acordo e a paz entre as partes. Nos casos em que o agente não consegue o acordo, a demanda é repassada ao Juizado Especial Móvel - partes. Nos casos em que o agente não consegue o acordo, a demanda é repassada ao Juizado Especial Móvel - partes. Nos casos em que o agente não consegue o acordo, a demanda é repassada ao Juizado Especial Móvel - partes.

Importância Social

Os pequenos conflitos que afloram no cotidiano da cidade, muitos deles com origem em questões de direito civil, acabam se tornando questões de direito criminal, em razão da agressividade com que são resolvidos, resultando em incremento da violência urbana.

Além de possibilitar a solução célere e pacífica dos conflitos, o Programa Justiça Comunitária Itinerante proporciona, ainda, vários benefícios à população, pois mostra a comunidade a resolver seus próprios problemas, formar troques de cidadãos e melhorar a sua qualidade de vida, com custo reduzido para o Poder Público.

O fato de utilizar pessoas da comunidade para resolver os conflitos é um dos fatores de sucesso do Programa. Os bons resultados alcançados na redução da agressividade e violência justificam a necessidade de sua constituição.

Bairros atendidos pelo Programa Justiça Comunitária Itinerante no ano de 2007

Belo Jardim	Jardim Eldorado
Conquista	Mocinha Magalhães
Esperança III	Placas
Estação Experimental	Santa Cecília
Vitória	6 de Agosto




No período de janeiro a dezembro de 2007, o atendimento realizado pelo Programa Justiça Comunitária Itinerante, em convênio com o Município de Rio Branco/Prefeitura, registrou 2.509 atendimentos: 1.172 mediações de conflitos; 703 encaminhamentos a outros setores do Poder Judiciário; e 634 informações jurídicas prestadas ao cidadão.

Atividades Realizadas pelo Juizado Especial Móvel

Especificação	Quantidade
Ações ajuizadas	410
Audiências realizadas	758
Com acordo	151
Sem acordo	607
(audiências redesignadas, conciliação com revelia, instrução, extinção por ausência do autor ou pelo pagamento da dívida)	
Processos arquivados	673
Processos em trâmite	252

FONTE: Coordenação do Programa Justiça Itinerante.

2.3.3. PROJETO CIDADÃO



Apresentação

O Projeto Cidadão é um trabalho social realizado há 11 anos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e não-governamentais. Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito à documentação básica, bem como o acesso rápido e gratuito aos serviços públicos da área social: saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho.

Objetivos

- ✓ Cerca de 60 instituições governamentais e não-governamentais, coordenadas pelo Tribunal de Justiça, prestam atendimento através do Projeto Cidadão, tendo como objetivo democratizar os serviços públicos e fortalecer o exercício da cidadania.
- ✓ Levar serviços às regiões geograficamente distantes dos centros urbanos, como vilas, comunidades ribeirinhas e indígenas, margens de estradas, ramais e seringais, assegurando às famílias residentes nessas localidades a obtenção de documentação básica, além dos benefícios das políticas públicas.

Como Funciona

De natureza itinerante, o Projeto Cidadão, coordenado pelo Desembargador Arquilau de Castro Melo, percorre todo o estado do Acre, subindo os rios ou vencendo a distância de estradas e ramais, proporcionando à população carente da Capital e do interior inúmeros serviços, como:

- ✓ Emissão de documentos: registro civil, casamento, reconhecimento de paternidade, divórcio e separações consensuais, registro de firma e autenticação de documentos, registro de associações, atas e estatutos, carteira de identidade, CPF, alistamento militar, alistamento eleitoral e carteira de trabalho.
- ✓ Orientação e assistência jurídica.
- ✓ Palestras sobre meio ambiente (reciclagem de lixo), segurança, oficinas de arte e educação, primeiros socorros e artesanato regional.
- ✓ Serviços na área de saúde, como atendimentos médico e odontológico, multivacinação, distribuição de medicamentos, soro e preservativos.
- ✓ Atividades esportivas (futebol, vôlei, capoeira, corrida), shows, corais e peças teatrais.

Localidades atendidas pelo Projeto Cidadão no ano de 2006

Município de Rio Branco	Município de Tarauacá
Fórum Barão do Rio Branco	Rio Gregório
Município de Rio Branco	Município de Feijó
Rodovia Transacriana	Aldéia Nova Olinda
Município de Marechal Thaumaturgo	Município de Rodrigues Alves
Município de Marechal Thaumaturgo	Município de Cruzeiro do Sul
Vila Restauração	Exposcre Juruá
Município de Rodrigues Alves	Município de Assis Brasil

Importância Social

Em um estado como o Acre, garantir o direito à documentação e aos serviços públicos significa vencer distâncias. A mesma distância que os moradores das regiões mais afastadas do Estado precisam enfrentar na hora de procurar um cartório. Para essas pessoas, registrar um filho significa muitas vezes descer os rios ou cortar as florestas em longas horas de caminhada. Com o Projeto Cidadão, essa população passou a ter acesso, em suas próprias localidades, aos serviços que antes só eram oferecidos na Capital ou nos centros urbanos mais próximos. Hoje, com 11 anos em atividade, o Projeto Cidadão se orgulha de ter atendido mais de 60% da clientela potencial do município de Rio Branco e de levar às comunidades mais isoladas do Estado atendimento jurídico, médico-odontológico, palestras educativas e atividades culturais, esportivas e de lazer.

Atendimentos do Projeto Cidadão

Localidade	Nº de Atendimento
Plácido de Castro	8.882
Xapuri	2.315
Rio Branco – Expoacre	1.100
Rio Branco – Penitenciária Francisco de Oliveira Conde	377
Rio Branco – ASSEMURB	205
Rio Branco – Fórum Barão do Rio Branco	3.499
Manuel Urbano	4.928
Feijó	8.410

Seringal Miraflores	1.187
Tarauacá	6.297
Riozinho da Liberdade (Tarauacá)	2.185
Cruzeiro do Sul – Expoacre Juruá	5.440
Riozinho do Rôla (Rio Branco) nas localidades Seringal Recife, Seringal Belo Horizonte (Foz do Rio Espalha) e Seringal Barro Alto	15.345
Rio Azul – Seringal Bom Sossego (Mâncio Lima – Serra do Divisor)	17.557
Total de Atendimentos	77.727*

(*) Observação: o total de atendimento inclui documentos expedidos, fotografias e fotocópias necessárias para a expedição dos documentos, atendimentos do INCRA (registro de terra, preenchimento de cadastro), atendimento do INSS (seguridade social e informações previdenciárias), atendimento da Defensoria Pública no tocante à assistência e orientação jurídica, atendimento das Secretarias Municipais de Saúde (vacinação e consultas médicas/odontológicas).

FONTE: Coordenação do Projeto Cidadão.

Quantidade de Documentos Expedidos

Serviços	Capital	Interior	Total
Cadastro de Pessoa Física (CPF)	2.421	5.058	7.479
Identidade	2.599	4.230	6.829
Carteira de Trabalho	1.411	3.106	4.517
Registro de Nascimento	361	897	1258
Título de Eleitor	577	1.687	2.264
Casamento	1.394	782	2.176
Alistamento Militar	170	410	580
Atendimento INSS	202	670	872
Registro Administrativo - FUNAI	0	483	483
Total	9.135	17.323	26.458*

(*) Observação: total global referente às 16 etapas do Projeto Cidadão realizadas em 2007.

FONTE: Coordenação do Projeto Cidadão.

2.3.4. CENTRAL DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS – CEPAL

Apresentação

Resultado de um convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Ministério da Justiça, a Central de Execução de Penas Alternativas - CEPAL, foi instituída em 2002 pelo Conselho da Magistratura do Acre, para atuar junto a Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco. Sua criação foi motivada pela necessidade de um serviço especializado, com o propósito de servir mais eficaz a execução de penas alternativas na Capital. Posteriormente, núcleos da CEPAL, também foram instalados nas comarcas de Cruzeiro do Sul, em 2004, e Brasília, em 2005.

Como Funciona

- ✓ A CEPAL atua nos processos em que o indivíduo recebe pena de Prestação de Serviços à Comunidade e Prestação Penitenciária, ou obtém os benefícios do Regime Semi-Aberto, Aberto, Livramento Condicional, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena, promovendo reuniões de orientação e fiscalização das penas alternativas impostas pelos juízes.
- ✓ Do ponto de vista organizacional, é composta por duas equipes: uma administrativa, que trabalha no atendimento direto ao reeducando, e outra técnica multiprofissional, que realiza o atendimento psicossocial ao reeducando e à sua família.
- ✓ Nos crimes de pequeno e médio potencial ofensivo, os processos são suspensos por determinado prazo (Suspensão Condicional do Processo), enquanto o beneficiário da medida cumpre as condições determinadas pelo juiz, que podem ser Pena Penitenciária ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
- ✓ Na esfera da execução penal, quem recebe os benefícios dos regimes Semi-aberto e Aberto ou do Livramento Condicional, se submete à frequência em cursos profissionalizantes e outras atividades de ressocialização, ao cumprimento mensal obrigatório em cartório e à prestação de recolhimento.

Importância Social

As ações promovem a reinserção social dos reeducandos através de cursos profissionalizantes, educação e trabalho, a atuação da CEPAL, fomenta na sociedade a discussão quanto à problemática do crime, no intuito de encontrar soluções viáveis de recuperação do indivíduo, envolvendo a sociedade como membro ativo na execução penal e no processo de retorno ao convívio social dos egressos.

Objetivos

- ✓ Gerenciar e fiscalizar o cumprimento da pena alternativa, medida positiva de caráter educativo e socialmente útil, imposta às infrações de baixo potencial ofensivo no âmbito da pena privativa de liberdade, que não afeta o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e dos seus familiares e não o expõe aos efeitos do sistema penitenciário.
- ✓ Apoiar os procedimentos que envolvem a execução das penas restritivas de direitos, principalmente para garantir que elas sejam de instrumento efetivo para a distribuição da justiça social, por um lado, e para a educação do infrator, por outro.

Etapa 1

Depois de passar por uma avaliação com o juiz, o infrator é atendido pela equipe técnica da CEPAL, composta por assistentes sociais e psicólogos, que o incluem em um Grupo de Atuação para Prestação de Serviços à Comunidade. Com a participação desse grupo, que realiza três encontros semanais, com duração de 01 hora cada, ele vai, ao final, sendo 03 horas no total de cada sessão realizada na PSC.

Etapa 2

Posteriormente, a equipe técnica da CEPAL encontra o reeducando para uma reunião paritária prevista de sua rotina, na qual o reeducando passa a exercer atividades compatíveis com sua formação profissional. A reunião paritária ocorre em um local com a ficha de encaminhamento do reeducando, informando a quantidade de dias e horas a serem cumpridas, assim como ficha de relatório mensal da PSC, a serem fiscalizadas pela equipe técnica. A CEPAL acompanha sistematicamente a PSC, por meio de visitas da equipe técnica à instituição paritária no dia e horário em que o reeducando presta serviços, e elabora relatórios periódicos.

Etapa 3

As reuniões da PSC, são realizadas no local e dias de trabalho, cumpridos pelo reeducando e avaliados em reuniões mensais da instituição paritária. O resultado final é comunicado ao juiz, que verificando o cumprimento integral da medida, profere sentença de extinção da pena.

CEPAL DA COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL

Atividades Realizadas em Cruzeiro do Sul

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimento individual pela equipe técnica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encaminhamento para PSC	11	08	28	25	20	22	19	10	19	12	10	26	210
Visita institucional	21	45	65	61	45	64	35	12	15	40	10	35	448
Relatórios psicossociais e comunicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encaminhamento médico/dependência química	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Visita domiciliar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscalização da PSC	21	45	65	61	45	64	35	12	15	40	10	35	448
Grupos de pré-PSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	448
Contatos telefônicos	-	08	02	-	06	12	03	09	10	02	08	03	63
Análise de processos	268	466	532	319	345	429	312	289	431	428	395	282	4496
Encaminhamento para curso profissionalizante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inserção nas turmas educacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras atividades	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Total	321	573	692	466	461	591	404	332	490	522	433	381	5666

FONTE: CEPAL da Comarca de Cruzeiro do Sul

CEPAL DA COMARCA DE BRASILÉIA

Atividades Realizadas em Brasília

Atividades	Nº de Atendimento
Atendimento e entrevista individual	45
Encaminhamento para PSC	65
Visita institucional	14
Visita domiciliar	-
Visita de fiscalização às Instituições Parceiras	14
Encaminhamento para tratamento de dependência química	02
Levantamento individual de Instituições Parceiras	40
Análise de processos	-
Grupo PSC (reuniões)	01
Encaminhamento médico	-
Contatos telefônicos	35
Relatório de acompanhamento	-
Outras atividades	-
Total	216

FONTE: CEPAL da Comarca de Brasília.

CEPAL DA COMARCA DE RIO BRANCO

Atividades Realizadas em Rio Branco

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimento e entrevista individual	43	63	96	144	166	154	153	139	116	78	86	84	1322
Encaminhamento à PSC	28	10	06	48	54	56	63	75	67	46	84	72	609
Comunicados	93	68	63	121	210	119	161	205	117	150	158	328	1793
Visita institucional	05	09	02	01	18	08	04	01	02	--	01	03	54
Relatório de acompanhamento	06	03	02	-	02	01	--	03	--	04	08	04	33
Encaminhamento médico	02	01	04	-	-	-	--	01	01	02	02	--	13
Visita de fiscalização	07	09	15	18	09	01	05	--	28	52	39	18	201
Visita domiciliar	-	02	02	02	-	01	--	--	--	--	--	--	07
Encaminhamento à tratamento de dependência química	01	01	-	-	-	-	--	--	02	-	01	--	05
Grupo PSC	05	03	01	06	08	07	05	06	06	04	10	06	67
Contatos telefônicos	12	11	16	19	34	26	13	28	26	18	16	28	247
Análise de processos	140	74	105	395	165	55	471	149	80	96	116	165	2011
Levantamento de Instituições Parceiras	-	-	-	-	04	-	--	--	--	--	--	--	04
Reunião com Instituições Parceiras	-	-	-	-	-	-	--	--	--	--	--	--	--
Outras atividades	104	102	88	416	168	210	191	115	186	322	440	520	2862
Total	476	356	398	1170	784	638	1071	722	631	772	961	1228	9207

FONTE: CEPAL da Comarca de Rio Branco.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

EQUIPE 2007

João Thaumaturgo Neto

Diretoria Executiva

Patrícia Tavares de Araújo

Diretoria Judiciária

Fernanda de Araújo Cunha

Gabinete da Presidência

Giuliana Evangelista de Araújo

Conselho da Magistratura

**Ten. Cel. Antonio
Machado Teixeira**

Assistência Militar da Presidência

Maria Terezinha Prates da Silva

Assessoria Técnica de Recursos
Humanos e Diretoria do
Centro de Capacitação

**Antônio Sérgio
Faria Araújo**

Assessoria Jurídica da Presidência

Letícia Helena Mamed

Assessoria de Imprensa

Angelo Douglas de Souza Lima

Relações Públicas e Cerimonial

Dirce Oliveira Teodoro

Coordenadoria de Finanças

Roberto Romanholo

Coordenadoria de Informática

Paulo Justino Pereira

Coordenadoria de Planejamento
e Orçamento

**Silvia Cristine Bezerra
da Silva Pereira**

Seção Administrativa

Antônio Rodrigues Vidal

Seção de Recursos Humanos

Antônio Flores de Queiroz

Seção de Obras e Serviços
de Engenharia

Hélio Oliveira de Carvalho

Seção de Serviços Gerais

Áidono Belmonte de Lima

Seção Gráfica

Ana Lúcia Silva Bezerra

Seção de Legislação e
Documentação

Adauto da Silva Góis

Comissão Permanente de Licitação

Paulo Henrique Sampaio Valadares

Centro Médico

EXPEDIENTE

EQUIPE DE TRABALHO

Antônio Rodrigues Vidal

Dirce Oliveira Teodoro

João Thaumaturgo Neto

Letícia Helena Mamed

Márcio da Silveira Cavalcanti

Newton Cardoso Madeira

Paulo Justino Pereira

Raimundo Menezes

Sílvio de Freitas Brum

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Angelo Douglas de Souza Lima

Fernando de Castro Sobrinho

Letícia Helena Mamed

FOTOS

Acervo da Assessoria de Imprensa do TJAC

IMPRESSÃO

Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado Acre



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Rua Floriano Peixoto, 456. Centro.
69.908-350. Rio Branco-AC.
(68) 3211-5300 / 3211-5309
Internet: www.tjac.jus.br
E-mail: asimp@tjac.jus.br

